

## PT comemora 21 anos de luta

O PT Notícias dedica sua edição número 100 aos 21 anos do Partido dos Trabalhadores. Iniciativa conjunta da Secretaria Nacional de Comunicação e da Comissão responsável pela comemoração do aniversário petista, este jornal traz artigos sobre alguns dos principais momentos e temas da história do partido, escritos por seus protagonistas. Não se trata de uma

história oficial, nem tampouco de uma "biografia autorizada".

Cada autor ou colaborador recebeu o tema e o desenvolveu livremente. Alguns - asoberbados pelas tarefas cotidianas da militância - não puderam entregar seus textos a tempo. Mas a todos agradecemos.

A equipe do PT Notícias  
A Comissão dos 21 anos



# PT Notícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

ANO V - DE 8 A 21 DE FEVEREIRO/01

Nº 100



Foto: Cesar Ogata



LEIA BASSINI

Outro  
Brasil  
é possível.



O novo século tem a sua estrela.

Ato Comemorativo Nacional

9 de fevereiro • 16 horas • São Paulo • Parlatino

21 ANOS

# A fundação do PT

"Quando várias das lideranças mais expressivas das recentes lutas operárias lançaram a idéia do partido dos trabalhadores, exprimiram a necessidade de dar uma formulação global - política - ao conjunto de suas mobilizações. Mais ainda, responderam aos diferentes projetos surgidos no interior das esferas dominantes (alguns por líderes combativos de oposição) com um projeto radicalmente diferente, um projeto de baixo, um questionamento global de toda essa "transição por cima".

O projeto do PT, que surge do bojo das lutas sindicais, vem assim, com a marca de uma luta concreta contra a exploração e marca, por isso, a vontade de ligar os movimentos sociais ao quadro político, transformando assim sua qualidade. Mas ele é também a possibilidade de realizar a unidade e autonomia necessárias ao processo de emancipação dos trabalhadores."

Essas palavras de Eder Sader no artigo "Os saldos de uma década", publicado no jornal *Em Tempo*, edição de 20/12/1979 a 10/1/1980, dão bem a idéia da gênese da criação do PT.

De fato, desde o ano de 1978, a proposta de organização de um partido de trabalhadores vinha sendo objeto de acirradas discussões no meio sindical. Com avanços e recuos a idéia foi avançando e várias etapas foram cumpridas ao longo de 1979.

Em 24 de janeiro desse ano foi apresentada e aprovada a tese elaborada pelos metalúrgicos de Santo André para discussão no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricistas do Estado de São Paulo, realizado em Lins (SP). O IX Congresso, representando mais de um milhão de metalúrgicos, deixava claro que um partido de trabalhadores só teria legitimidade se nascesse de um programa feito pelos próprios trabalhadores, sem interferência dos patrões. Dessa reunião saiu a proposta de organização de uma comissão com representantes de outros Estados para discutir o programa e o estatuto do futuro partido.

Outros setores da população, incluindo lideranças e ativistas de movimentos sociais, intelectuais e profissionais de várias categorias, militantes de antigas organizações de esquerda, muitos deles participantes das grandes campanhas populares dos anos 70, como as da luta contra a

carestia, a da Anistia, a da solidariedade aos metalúrgicos nas greves de 1978-79, considerando que os partidos tradicionais de oposição (tanto os burgueses - MDB - como as antigas agremiações de esquerda) não responderiam satisfatoriamente ao novo quadro político que se desenhava no momento, vinham também se mobilizando em torno da idéia da criação de um novo partido. Desses setores saíram milhares de participantes que, em todo o Brasil, foram engrossar o Movimento Pró-PT. No dia 1º de maio de 1979 foi dada a público a Carta de Princípios do PT. No dia 13 de outubro do mesmo ano foi aprovada, em São Bernardo do Campo, uma Declaração Política e criada uma Comissão Provisória que iria dirigir o Movimento Pró-PT em todo o território nacional.

O dia 10 de fevereiro de 1980 ficou marcado como sendo o da fundação do PT, porque nessa data cumpriu-se uma formalidade indispensável, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos, para que o registro do novo partido se tornasse possível: a aprovação de Manifesto, com um mínimo de 101 assinaturas, expressando os objetivos e as linhas fundamentais de pensamento que deveriam ser a base da proposta do partido.

A reunião realizada para esse fim, no Colégio Sion, deu a dimensão da magnitude que o Movimento Pró-PT tinha assumido, abrangendo todo o país com milhares de adesões, e refletiu o entusiasmo com que os militantes acompanhavam cada etapa da criação do partido. Foi muito mais do que uma reunião formal. Em primeiro lugar, pelo comparecimento maciço dos representantes de quase todos os Estados (242 delegados, mais de mil participantes) e pela presença de vários convidados, não engajados no movimento, mas que foram dar apoio à iniciativa. Mas também, e talvez isso tenha sido o mais importante, pelo clima de congraçamento entre os diversos setores que se dispunham a levar avante o projeto da construção do Partido dos Trabalhadores.

Fora preciso vencer muitas barreiras: as dúvidas quanto à viabilidade do projeto, as desconfianças mútuas entre os militantes de esquerda e os ativistas de movimentos sindicais e populares; os preconceitos contra "intelectuais" da parte dos sindicalistas e vice-versa; e assim por



diante. Mas, finalmente, a utopia, há longo tempo alimentada por tantos dos antigos militantes de esquerda, de construir um partido amplo, enraizado nos sindicatos, nos movimentos populares, no meio da juventude, parecia tomar forma visível, concreta, naquele auditório do Colégio Sion. Viamos ali, lado a lado, militantes de várias gerações que haviam lutado contra os regimes de opressão, professores universitários, representantes de igrejas e dos mais variados movimentos populares e associativos, intelectuais e a nova vanguarda sindical. Todos juntos para tornar realidade a criação do partido que estava destinado a ser "a voz e a vez" dos trabalhadores de todo o país.

Fundado o partido, começou uma nova etapa que exigiu uma enorme mobilização dos militantes: a campanha de filiação e de criação de diretórios e comissões provisórias, visando a atingir as quotas exigidas por lei para o registro do PT.

Lélia Abramo<sup>1</sup> narra esse episódio com muita vivacidade no seu livro *Vida e Arte*:  
(...) De fevereiro de 1980 a fevereiro de 1981 trabalhamos para a legalização do PT. A nossa atividade na criação de núcleos, na formação de diretórios e na campanha de filiação exigiu um esforço constante e diário de todos os simpatizantes, não apenas nesta capital de São Paulo mas em todos os cantos do país. Andávamos com fichas de inscrição no bolso e, a cada pessoa que encontrávamos, explicávamos a necessidade de se obter o número de filiados exigidos para legalização do partido. Fazíamos igualmente mutirões, bairro por bairro, rua por rua, casa por casa, com o mesmo objetivo, e finalmente o número de filiados

ultrapassou em muito o exigido por lei (...).

Atingidas as quotas exigidas por lei, foi possível entrar com o pedido de registro do partido que, assim, passava a ter condições legais para funcionar. Desde março de 1980 já se haviam constituído em alguns Estados bancadas parlamentares do PT, formadas por antigos deputados do MDB que haviam optado pelo novo partido. Em 8 e 9 de agosto de 1981 realizou-se em São Paulo o 1º Encontro Nacional, que indicou a Comissão Nacional Provisória e finalmente em 27 de setembro de 1981 deu-se a 1ª Convenção Nacional, em Brasília. Nessa ocasião foram ratificados os nomes escolhidos em São Paulo para o primeiro Diretório Nacional, e referendados o Manifesto de Lançamento, o Programa e o Estatuto do PT, aprovados em 1980. A etapa seguinte seria, em 1982, a participação do PT, tendo o Lula como candidato ao governo de São Paulo, na primeira eleição havida depois de 64, para escolha direta de governadores.

Zilah Wendel Abramo, vice-presidente da Fundação Perseu Abramo.

<sup>1</sup> Ver Lélia Abramo, *Vida e Arte*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1997



## O PT e a institucionalidade

E aí vieram as eleições de 1982. Nosso primeiro teste, nossa crença absoluta na escolha popular de nosso programa e de nossa palavra de ordem: "Terra, trabalho e liberdade". Nada nos favorecia. A maioria de nós nunca havia sido candidato a nada ou, quando muito, candidato a presidência de sindicato, associação de bairro, síndico de prédio, chapa de diretório acadêmico. Como é difícil pedir voto pra gente mesmo! Uma vergonha danada de se expor, mas uma convicção plena de que nosso sacrifício pessoal ajudaria a derrubar a ditadura e a começar a resolver as injustiças em nosso país. Voto vinculado de cabo a rabo, isto é, o eleitor só poderia votar de governador a vereador em candidatos de um mesmo partido, sob pena de ter o voto anulado. Primeiro obstáculo: como conseguir candidatos a todos os cargos em 20% dos municípios em cada Estado e em, pelo menos, nove dos Estados brasileiros? - Valeu de tudo. Candidato frio, candidato pego a laço, marido e mulher se candidatando ao cargo de vereador (alguns deles não tiveram sequer seu próprio voto), um vale tudo geral. Lembro-me particularmente de uma noite de campanha.

Encontro na porta de um bar, em plena sexta-feira, um grande amigo meu, médico de profissão, boêmio convicto, distribuindo panfletos. "O que você está fazendo aqui, companheiro?! Em plena sexta-feira, às 10 da noite, fazendo campanha pro PT?" Resposta: "Uai, você não sabia que também sou candidato a deputado estadual?..." Segundo obstáculo: medo do voto "camarão" (cortar a cabeça da chapa e só votar nos proporcionais) ou do voto "cebola" (só votar nos candidatos a governador) e assim por diante. E finalmente o inimigo maior: o "voto útil", isto é, votar nos candidatos (e, portanto, no partido) mais viável para derrotar a ditadura.

Ficamos em polvorosa. Como rebater esse argumento? Em Minas Gerais, então, como votar na Sandra Starling, contra Tancredo Neves, se esse havia conseguido unir em torno de si o apoio de toda a esquerda, fora o PT?! - Coitada da Marilena Chauí!... A nossa filósofa teve de percorrer quase o país inteiro, fazendo suas brilhantes reflexões contra o "voto útil" e ainda enfrentando a ira dos intelectuais, quase todos, adeptos desse tal de "voto útil". Mas não ficou só por aí. Tinha mais. Sem um tostão. Vendendo estrelinha, camiseta, adesivo para carro. Só faltou vender ingresso para nossos comícios. Rejeitávamos qualquer forma de doação aos eleitores: nada de churrasco de graça, nada de showmícios, nada, nada de graça. Afinal, isso tudo era forma burguesa de fazer campanha, manipulando a miséria do povo. Criticávamos tudo e todos. Carreata? - Nem pensar. Nosso contato era direto com o povo. E além do mais, quantos carros tínhamos para a campanha? - Rigorosamente o número de carros de nossos filiados que tinham carro, a começar dos candidatos mais abonados, fosse qual fosse o

cargo que estavam disputando. Viagem de avião? - Só em sonho. Hotel para se hospedar? - Negativo. Todos se hospedavam, ou se amontoavam nas casas dos militantes, oficinas mecânicas ou dormíamos dentro do carro que nos transportava. Material de campanha? - Panfletos baratos, cartazes improvisados, bandeirolas do PT feitas em casa mesmo... e tome fé. Fizemos de tudo: porta de fábrica de madrugada, comício em cima de caminhão (por que não se lembravam nos quais, pura e simplesmente, quem fazia a agenda literalmente se esquecia de tempo para ir ao banheiro, pra comer e pra dormir. Cansaço total. Extenuados, mas felizes. Exaustos, mas possuídos da esperança dos visionários. Acontecia de tudo em nossa improvisação: de certa feita, um candidato a prefeito, segurando o microfone com mãos trêmulas, inicia seu discurso pedindo desculpas aos presentes, pois era a primeira vez que ele... falava ao "telefone"!... Gargalhada geral, impossível falar com a multidão daquele jeito.

É porque nossos comícios atraíam, às vezes, verdadeiras multidões (curiosas de ver mulher candidata a governador, negro a senador, operário a deputado, candidato gay, candidato trabalhador rural e por aí fora). Às vezes também, não aparecia viva! nos comícios. Falávamos assim mesmo. Como São João Batista pregando no deserto. Alguém dentro daquela casa pode escutar. Plantamos a sementinha. Não paravam por aí nossos problemas. Ainda havia a Lei Falcão. Lei Falcão: candidato mudo na televisão, apenas o retratinho e um locutor em "off" lendo a biografia do ilustre desconhecido. E tome lembranças das perseguições da ditadura. Fulano de Tal, médico, ex-presidente do DCE da UF-qualsequer coisa, no ano da intervenção militar, preso e torturado, teve de fugir do país e ficou cinco anos exilado em Cuba. As referências a prisões pela ditadura eram tantas que, certa feita, minha filha, então com dez anos, me perguntou: "Uai, mamãe, por que é que você só anda com bandido?"

Pois é, Lei Falcão. Aí decidimos protestar contra a Lei Falcão e pusemos nossos candidatos na televisão usando uma tarja preta sobre a boca, tarja que ia sendo aos poucos retirada, enquanto a música ao fundo, inicialmente uma "marcha fúnebre" de X era substituída pela letra "liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós". Tiraram nosso programa do ar. Foi assim nosso primeiro contato com a institucionalidade: concorrendo a cargos públicos mas denunciando a ditadura e contestando as regras do jogo. Movidos a paixão. Continuamos assim?

Sandra Starling, ex-candidata ao governo de Minas Gerais em 1982, deputada de 1986 a 1998, inclusive líder da bancada na Câmara dos Deputados em 1996, professora sempre.

### Um pouco da história...

**1980**  
OS METALÚRGICOS DO ABC E INTERIOR PAULISTA ENTRAM EM GREVE CONTRA O ARROCHO SALARIAL (1º/4).

OS TRABALHADORES DE SÃO BERNARDO DO CAMPO REALIZAM GIGANTESCA PASSEATA, SEM SE DEIXAREM INTIMIDAR PELA PRESENÇA DE HELICÓPTEROS DO EXÉRCITO ARMADOS COM METRALHADORAS (1º/5).

O PARTIDO DOS TRABALHADORES É FUNDADO EM REUNIÃO NO COLÉGIO SION, EM SÃO PAULO (10/2).

WILSON PINHEIRO, LÍDER CAMPONÊS, É ASSASSINADO NO ACRE (21/7).

GOLPE DE ESTADO E LEI MARCIAL NA POLÔNIA, ONDE O EXÉRCITO REPRIME O MOVIMENTO GREVISTA E DEZENAS DE OPERÁRIOS SÃO MORTOS.

COMEÇA A GUERRA ENTRE O IRAQUE E O IRÃ.

**1981**  
NO RIO DE JANEIRO, A EXPLOÇÃO ACIDENTAL DE UMA BOMBA, MATANDO UM MILITAR E FERINDO OUTRO, FRUSTA ATENTADO ORGANIZADO PELO DOI-CODI DO EXÉRCITO CONTRA SHOW MUSICAL NO RIOCENTRO, COMEMORATIVO DO 1º DE MAIO (30/4).

MORRE EM LISBOA, VÍTIMA DE PNEUMONIA, O CINEASTA BRASILEIRO

GLAUBER ROCHA, AUTOR DE *DEUS E O DIABO NA TERRA DO SOL E TERRA EM TRANSE*.

ATENTADO NO CAIRO MATA ANWAR EL SADAT, PRESIDENTE DO EGITO.

IDENTIFICADA UMA NOVA E DEVASTADORA DOENÇA: A SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUIRIDA (SIDA, OU AIDS, EM INGLÊS).

MORRE O INTELLECTUAL E CRÍTICO DE ARTE MÁRIO PEDROSA, QUE ASSINOU A FICHA NÚMERO UM DE FILIAÇÃO AO PT EM 1980. (11/11)

**1982**  
GUERRA DAS MALVINAS, ENTRE ARGENTINA E INGLATERRA (2/4).

A ITÁLIA DERROTA A ALEMANHA E VENCE A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, NA ESPANHA (11/7).

MORRE, AOS 80 ANOS, O PENSADOR SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, AUTOR DE *RAIZES DO BRASIL* E UM DOS FUNDADORES DO PT.

AOS 37 ANOS, MORRE A CANTORA ELIS REGINA, VÍTIMA DE OVERDOSE.

LULA DISPUTA O GOVERNO DE SÃO PAULO, CONTRA FRANCO MONTORO E JÂNIO QUADROS. O PT GANHA SUAS PRIMEIRAS PREFEITURAS: DIADEMA (SP) E SANTA QUITÉRIA (MA).

**1983**  
A CENTRAL ÚNICA DOS

TRABALHADORES (CUT) É FUNDADA NO GINÁSIO VERA CRUZ, EM SÃO BERNARDO DO CAMPO (28/8).

NA PRAÇA CHARLES MÜLLER, EM SÃO PAULO, COMEÇA A CAMPANHA PELAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DIRETAS NO BRASIL, AS "DIRETAS JÁ", COM PARTICIPAÇÃO DECISIVA DO PT (27/11).

OS ESTADOS UNIDOS INVADEM A ILHA DE GRANADA, NO CARIBE.

**1984**  
FUNDAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST), EM CASCAVEL-PR (24/1).

COMÍCIO PELAS ELEIÇÕES DIRETAS REÚNE CENTENAS DE MILHARES DE PESSOAS NA PRAÇA DA SÉ, EM SÃO PAULO. NO MESMO DIA, O MINISTRO DO TRABALHO, MURILO MACEDO, SUSPENDE A INTERVENÇÃO FEDERAL NOS SINDICATOS DOS PETROLEIROS DE PAULÍNIA E MATARIPÉ E NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (25/1).

NO RIO DE JANEIRO, A CAMPANHA DAS DIRETAS JÁ EMPOLGA, REUNINDO MAIS DE UM MILHÃO DE PESSOAS NA CANDELÁRIA (10/4).

NOVO ATO PELAS "DIRETAS JÁ" CONCENTRA MAIS DE UM MILHÃO DE PESSOAS EM SÃO PAULO (16/4).

21 ANOS

# Trabalhadores fundam a CUT

O ano de fundação da CUT, 1983, foi especial para o movimento sindical e também para os movimentos populares no Brasil. Foi o ponto culminante do enorme esforço do chamado "sindicalismo autêntico", surgido no final dos anos 70 dentro dos sindicatos e das oposições sindicais, de criar uma central sindical que unificasse as lutas dos trabalhadores brasileiros.

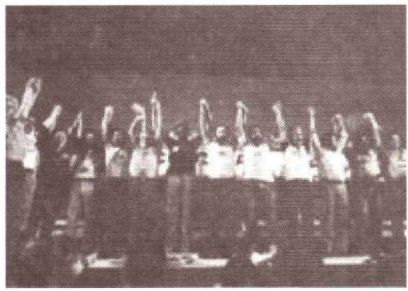
Vivíamos um período de ditadura militar. O desrespeito aos direitos humanos e a mais absoluta falta de liberdade de organização e manifestação eram marcas do regime. As manifestações eram reprimidas com violência, muitas vezes as tropas do exército foram utilizadas para enfrentar as mobilizações, os líderes dos movimentos eram presos, os sindicatos sofriam intervenção, as direções eleitas eram afastadas e as entidades passavam a ser dirigidas por juntas indicadas pelo governo.

A insatisfação popular era alimentada pelo colapso do projeto econômico dos militares. Era um período de crescente inflação e arrocho dos salários. Os sindicatos, na sua maioria, eram controlados por burocracias sindicais comprometidas com a manutenção de seus privilégios, que não eram poucos. A legislação sindical, vigente até hoje na sua essência, criava as condições para controle absoluto das entidades e fragmentava a organização dos trabalhadores por categorias profissionais.

A legislação atribuía aos sindicatos a função de "conciliar conflitos" e prestar serviços assistenciais aos seus associados. A greve era proibida e os conflitos, quando não superados pelo processo de negociação, eram resolvidos pela Justiça do Trabalho. O funcionamento do sindicato era regido por um estatuto padrão, previsto na CLT.

Com a ascensão do movimento sindical no final dos anos 70, nas greves do ABC, bancários, professores, o Movimento Contra a Carestia, surgiram várias tentativas de articulação do movimento sindical. Primeiro com a

*Dos 362 sindicatos filiados em 1983, quando de sua fundação, a CUT passou, em fevereiro de 2001, para 3.102 sindicatos filiados, mais de 21 milhões de trabalhadores na base e mais de sete milhões de sindicalizados.*



Intersindical, os Comitês de Solidariedade aos grevistas, como foi em 1980 e 1981 e a transformação da Intersindical em Unidade Sindical.

É preciso ressaltar que à frente de todas essas iniciativas estavam os sindicalistas que, mais tarde, fundariam o PT em 1980. Depois da greve de 1980, quando os principais sindicalistas do ABC foram presos, foi convocada uma reunião nacional do movimento sindical, que realizou-se na prefeitura de São Bernardo do Campo, após um ato de solidariedade a Lula. Decidiu-se então, a partir das articulações em curso, realizar um Encontro Nacional de Sindicalistas para convocar e organizar a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), para realizar-se em 1981.

Esse encontro aconteceu no Sindicato dos Químicos de São Paulo, em março de 1981, no qual foi eleita uma Comissão Executiva Nacional para organizar a 1ª Conclat. Em paralelo à organização da Conclat, o chamado bloco dos sindicalistas autênticos aprofunda sua articulação interna, fruto da recente fundação do PT, para uma participação mais efetiva, numérica e qualitativamente melhor – o que resulta em mais de cinco mil delegados na 1ª Conclat, realizada em agosto de 1981, na Praia Grande (SP), que aprovou a criação da Central Única

dos Trabalhadores, a ser fundada em 1982, e elegeu a Comissão Nacional Pró-CUT.

Essa Comissão não encaminhou a resolução. O bloco dos sindicalistas autênticos foi derrotado internamente. Dessa forma foi adiada a fundação da CUT para 1983. Novamente os setores atrasados e pelegos tentaram adiar o Congresso de Fundação da CUT, porém o bloco dos sindicalistas autênticos, já chamado de bloco petista, decidiu romper com aqueles setores e convocar o Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores, para 26, 27 e 28 de agosto de 1983. No dia 28, um domingo frio e chuvoso em São Bernardo do Campo, foi fundada, oficial e unanimemente, a CUT.

Desde então a CUT só fez crescer. Dos 362 sindicatos filiados em 1983, quando de sua fundação, a CUT passou, em fevereiro de 2001, para 3.102 sindicatos filiados, mais de 21 milhões de trabalhadores na base e mais de sete milhões de sindicalizados. A CUT é a maior central sindical da América Latina e uma das dez maiores do mundo.

**Edson Campos**, ex-dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, da Comissão Organizadora da 1ª Conclat, da Comissão Nacional Pró-CUT, atualmente é assessor da presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

# Diretas-já: exercício de cidadania



A campanha pelas Diretas-Já, além de ter sido um episódio importantíssimo na história recente do país, e uma experiência existencial inesquecível para os que dela participaram, foi um momento-chave para a construção da identidade do próprio PT.

Ali, pela primeira vez, em uma operação política concreta e específica de vastas proporções, o PT atuou em frente, em uma frente amplíssima, que abrangia desde aqueles que tinham combatido pelas armas o regime militar, passando por todo o espectro ideológico da oposição política, até dissidentes de última hora do próprio regime. Ali exercitamos – e estou convencido de que, historicamente, conquistamos – a capacidade de trabalhar em aliança, quando o objetivo proposto assim o exige, com todas as mediações e concessões táticas que tal coisa necessariamente implica – sem perder a identidade programática e política e sem alienar a nossa visão estratégica.

Deve-se ressaltar que as várias forças políticas e sociais da aliança contribuíram de modo relevante para que a campanha atingisse as gigantescas dimensões que atingiu, envolvendo diretamente milhões de brasileiros e brasileiras e resultando nas maiores manifestações públicas da nossa história. Não há porque subestimar o decisivo contributo de outros partidos e movimentos. Mas é inegável que o PT teve uma participação diferenciada, sem a qual provavelmente a campanha não teria adquirido a contidência e o protagonismo popular que adquiriu.

De novembro de 1983 a janeiro de 1985, centenas de milhares de filiados e simpatizantes do PT em todas as regiões do país, nas pequenas, médias e grandes cidades, engajaram-se de corpo e alma na campanha, com entusiasmo e

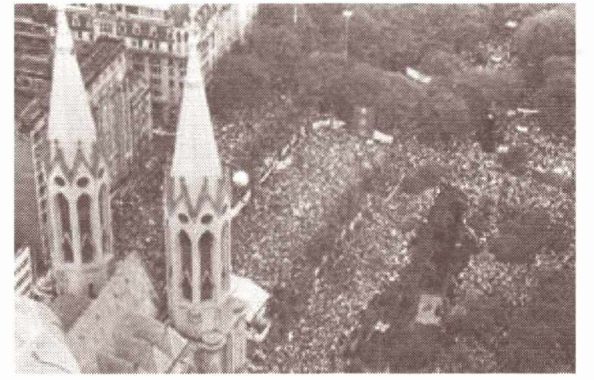
criatividade extraordinários, com incedível alegria transformadora.

Transcendíamos, assim, a nossa previsível base orgânica e social – cidadãos definitivamente de esquerda, igreja progressista, movimento sindical mais avançado da cidade e do campo, movimentos feministas e de combate ao racismo etc – para estabelecer um fecundo diálogo com os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, inclusive com as suas parcelas menos politizadas. Se foi (com certeza) uma experiência de tremenda auto-educação cívica e

política da sociedade, foi também um aprendizado fundamental para o PT, de diálogo e ação conjunta com o outro, de interlocução com mulheres e homens comuns, em grande parte alheios e até refratários à militância assumidamente político-partidária. Foi um episódio de auto-educação política do PT, inspirado pela palavra do mestre e companheiro Paulo Freire: "É preciso unir os divergentes para melhor enfrentar os antagonísticos".

Soubemos, por exemplo, convocar e realizar, quando muitos ainda não acreditavam na viabilidade de uma campanha de massas pelas Diretas, o pioneiro comício do Pacaembu (27/11/1983). E o fizemos sem nenhum exclusivismo, dando especial destaque a lideranças de

outros partidos que o prestigiaram. Integramos no país inteiro os comitês estaduais e locais pelas Diretas, não raro suportando o hegemonismo de governos e aparatos de comunicação hostis ao PT. Quando setores da oposição conservadora optaram por esvaziar a luta de massas e negociar com os militares uma transição sem ruptura democrática, não hesitamos em prosseguir com a campanha de rua apenas com a cara e a coragem da nossa militância e de uma parcela intransigente da população, em que pese a sabotagem de quase toda a mídia.



E, sobretudo, em decisão difícil e sofrida, mas de grande repercussão a médio prazo para o PT e para o país, soubemos resistir à furiosa chantagem das classes dominantes, que pretendiam obrigar-nos a votar no Colégio Eleitoral, legitimando-o e à "ponte de ouro entre as elites" que havia sido negociada com os militares. Decisão que o PT tomou por meio de um plebiscito entre todos os seus filiados, e que imprimiu de modo indelével na consciência nacional a imagem de um partido que não aceitava negociar princípios, que não admitia barganhar direitos populares, que preferia pagar o preço do isolamento imediato para não trair o seu compromisso transformador. Decisão vital para assegurar a independência e a coerência ético-política que eram e felizmente continuam sendo um apanágio do nosso partido.

**Luiz Dulci**, presidente da Fundação Perseu Abramo.



**“ O PT atinge este ano a maioria enfrentando um grande desafio: compatibilizar a sua conhecida e necessária atuação no campo social com as inúmeras tarefas administrativas que agora se impuseram com as vitórias obtidas nas últimas eleições municipais. Tenho certeza que o PT mostrará que é possível governar reunindo eficiência, participação popular e políticas sociais sérias.**

**Enfim, seremos uma alternativa concreta de poder para o país.”**

**Marta Suplicy**, prefeita de São Paulo

A EMENDA DANTE DE OLIVEIRA, QUE ESTABELECE ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DIRETAS IMEDIATAS, RECEBE 298 VOTOS CONTRA 65 NA CÂMARA FEDERAL, DEIXANDO DE Atingir OS 2/3 NECESSÁRIOS PARA MUDAR A CONSTITUIÇÃO, OU 320 (26/4).

OS MINEIROS INGLESES ENTRAM EM GREVE, QUE VAI DURAR MAIS DE UM ANO, CONTRA O GOVERNO DE MARGARETH THATCHER (1/3).

COMEÇA O I CONGRESSO NACIONAL DA CUT (24/8).

1985

O COLÉGIO ELEITORAL ELEGE TANCREDO NEVES PRESIDENTE DA

REPÚBLICA, COM 480 VOTOS CONTRA 180 DADOS A PAULO MALUF (15/1).

GREVE GERAL NA BOLÍVIA (4/3).

TANCREDO É INTERNADO NO HOSPITAL DE BASE DE BRASÍLIA (14/3).

JOSÉ SARNEY ASSUME A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (15/3).

GREVE NA GENERAL MOTORS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (11/4).

ANUNCIADA A MORTE DE TANCREDO NEVES (21/4).

PT ELEGE SUA PRIMEIRA PREFEITA DE CAPITAL, MARIA LUIZA FONTENELE, EM FORTALEZA (CE).

1986

EXPLODE, LOGO APÓS O LANÇAMENTO, A NAVE ESPACIAL CHALLENGER, MATANDO SEUS SETE TRIPULANTES (29/1).

ENTRA EM VIGOR O PLANO CRUZADO, QUE CONGELA PREÇOS E SALÁRIOS E CORTA TRÊS ZEROS DO CRUZEIRO, ADOTANDO COMO NOVA MOEDA O CRUZADO (28/2).

ASSASSINADO, EM IMPERATRIZ (MA), O PADRE JOSIMO TAVARES, LIGADO AOS TRABALHADORES RURAIS (10/5).

A ARGENTINA VENCE A COPA DO MUNDO, NO MÉXICO, AO DERROTAR A ALEMANHA OCIDENTAL (29/6).

DEPOSIÇÃO DO DITADOR DO HAITI, JEAN-CLAUDE DUVALIER, O BABY DOC, FILHO DE PAPA DOC (7/2).

EXPLOÇÃO NA USINA DE CHERNOBYL, NA UCRAÍNA, CAUSA O MAIOR ACIDENTE NUCLEAR CONHECIDO ATÉ ENTÃO. DEZENAS DE PESSOAS MORREM E MILHARES SÃO CONTAMINADAS COM RADIAÇÃO.

GREVE GERAL NO BRASIL (12/12).

1987

EM GOIÂNIA, ACIDENTE COM O CÉSIO-137 MATA QUATRO PESSOAS E CONTAMINA DEZENAS.

AOS 85 ANOS, MORRE O POETA

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.

MORRE, AOS 87 ANOS, O SOCIÓLOGO GILBERTO FREIRE.

1988

MORRE NO RIO DE JANEIRO, AOS 43 ANOS, O JORNALISTA E CARTUNISTA HENFIL, QUE FICOU CONHECIDO POR SEU COMBATIVO E ALEGÓRICO HUMOR GRÁFICO BRASILEIRO, FAZENDO DA CRÍTICA UMA ARMA DE RESISTÊNCIA E COMBATE AO SISTEMA POLÍTICO DO PAÍS (4/1ª).

ACORDO DE PAZ ENTRE O IRÃ E O IRAQUE PÔE FIM À GUERRA QUE MATOU CERCA DE UM MILHÃO E MEIO DE PESSOAS (AGOSTO).

EM VOLTA REDONDA, O EXÉRCITO INVADE A CSN, OCUPADA PELOS TRABALHADORES EM GREVE, E MATA TRÊS OPERÁRIOS A GOLPES DE BAIONETA.

O PT RECOLHE EXPRESSIVAS VITÓRIAS NAS URNAS, A COMEÇAR POR SÃO PAULO, CAPITAL, ONDE LUIZA ERUNDINA SE ELEGE PREFEITA, DERROTANDO PAULO MALUF.

O LÍDER SERINGUEIRO CHICO MENDES É ASSASSINADO POR GRILEIROS EM XAPURI - AC (22/12).

NO CHILE, A DITADURA MILITAR INSTALADA EM 1976 É DERROTADA EM PLEBISCITO EM QUE OS ELEITORES

21 ANOS

# Depois de anos, eleições nas capitais

Era então o ano de 1985. Pela primeira vez, depois de dezessete anos, capitais e cidades consideradas de segurança nacional pelo regime militar poderiam escolher seus próprios prefeitos. Até a ocasião, os bônicos davam as ordens. E o PT não fez feio. De virada, tornou-se o terceiro partido de expressão nacional. É bem verdade que ainda estava no patamar dos 11,2% de votos obtidos, mas a considerar as eleições de 1982, havia crescido 86,97%. O partido comemorou a maior zebra eleitoral, a vitória da petista Maria Luiza Fontenele, na cidade de Fortaleza, Ceará. E por pouco, ou por fraude, o PT também não conquistou a prefeitura de Goiânia. Vitória, no Espírito Santo, também merece destaque neste cenário, a legenda não levou, mas saiu consagrada das urnas.

Porém, não só nos números reside a análise do bom desempenho petista. Um exame mais crítico sobre a conjuntura nacional naquele momento revela ser impossível compreender o êxito do PT sem antes entender os caminhos da transição do regime militar para a "Nova República". Desde 1974, os eleitores já apontavam mudanças, com a disposição de derrotar nas urnas o regime militar. A este propósito somaram-se, tempos depois, as manifestações estudantis e as greves operárias. Do movimento de resistência à abertura e o surgimento do PT.

O resultado das eleições de 1982 mostrou o vigor das oposições, mas a massa de eleitores apostara, então, no PMDB. Partido que iria conciliar com o regime, para garantir um pedaço do bolo, um candidato no Colégio Eleitoral. O peemedebista Tancredo Neves ganhou de Paulo Maluf, do PDS, mas foi José Sarney - aquele do qual muitos teriam, meses mais tarde, orgulho de ser fiscal - quem levou de fato. A santa "Nova República", em 1984, havia sido fundada. No entanto, as profundas reformas prometidas não ocorriam e, mais do que inépcia dos novos governantes, descortinavam a harmônica relação com as forças conservadoras. O PMDB era o maior partido, com 32,27% dos votos. O PT, PSB e PDT (que compareceu ao Colégio Eleitoral) somados os votos atingiam 27,7% dos eleitores.

O desgaste do PMDB crescia à medida em que tentava ocupar mais espaço dos partidos conservadores, procurando tornar-se mais confiável ao empresariado e à classe média. Nestas condições, o PDT e o PT passam a ter um espaço de destaque na conjuntura, cuja postura crítica em relação ao governo Sarney foi se acentuando de

acordo com os recuos que este promovia, como a "inexequível" reforma agrária, para ficar em apenas um exemplo.

O partido do "não", como era chamado o PT - se ainda não o é assim designado -, aparece como uma sigla afirmativa. Com propostas, com projetos, com manifesta intenção de conquistar espaço na institucionalidade. O primeiro passo nesta direção, disse certa vez Perseu Abramo, foi definir os objetivos nacionais da participação do PT nas eleições, aliado ao fortalecimento da organização partidária. Em seguida realizar



seminários para fornecer elementos à plataforma dos candidatos petistas.

"Nada de fazer grandiloquentes discursos sobre o destino da humanidade e esquecer a questão do transporte ou do saneamento; e nem ficar só falando de buracos de rua e não lembrar da reforma agrária, da Constituinte, da dívida externa", era a palavra de ordem no partido, segundo Perseu. Quem participou da última Plenária Nacional de Candidatos e Candidatas do PT pôde verificar que, com algumas nuances nos temas e tom um pouco diferente, a orientação era a mesma. Feliz coincidência. Pode ser.

## Pragmatismo e voto

Mas a similitude com os dias atuais não pára por aí. O fastidioso discurso da direita apenas se transveste, mas não muda. O PT teria que enfrentar a guerra do voto útil, também chamado "necessário" e "pragmático", contra o voto ideológico. E a primeira batalha foi travada com um artigo do Paul Singer, mostrando que a tese do voto útil decorre de uma visão que só podia ser defendida pelo PMDB, "uma coligação de centro-democrática com colorido progressista". Aqueles que defendiam o voto útil, o faziam defendendo o voto, no caso de São Paulo, em Fernando Henrique Cardoso.

Na capital paulista havia, de um lado, Jânio Quadros (que viria a ganhar), uma ameaça de retorno aos velhos tempos de repressão. A crítica exclusiva ou prioritária a ele poderia dar justificativas aos defensores do voto útil. E aí, o depositário deste sentimento

seria o PMDB, que aparecia com mais chances de vitória. Por outro, apostar também na via de oposição à "Nova República", criticando seus verdadeiros desígnios, poderia levar o partido ao isolamento, seria ainda o partido do "não", de acordo com algumas análises da época.

"Moratória da dívida externa, garantia do direito de greve, estabilidade no emprego e reforma agrária". Este era o discurso do PMDB - ou melhor, de Fernando Henrique, que ainda não era FHC - com o qual o PT se defrontava em São Paulo. A

ardilosa defesa peemedebista colocava o partido, que disputava a prefeitura com Eduardo Suplicy, entre a cruz e a caldeirinha. Mas o PT jamais pensou em retirar o seu candidato do páreo e obteve 20% dos votos apresentando seu programa de governo.

## Avanços e contradições

Falava-se também que o voto no PT era voto de protesto. Por este raciocínio, parece que a sociedade nunca parou de protestar. Em Aracaju, por exemplo, quem era o candidato petista senão o atual prefeito, Marcelo Deda (PT). Naquele ano conquistou 15,4% do eleitorado - em 2000 contou com 52,8% dos votos válidos. Com parcos recursos e muita militância, o PT despertou o interesse da população com a proposta da criação dos conselhos populares e enfrentou a máquina do PDS e da Aliança Democrática.

Em Porto Alegre, quem diria, pelo menos um dos adversários já causava estragos. O petista Raul Pont, que ficou em terceiro lugar, já disputava com o pedetista Alceu Collares, este último, eleito prefeito. E a história deu o troco, e mostrou a verdadeira face de Collares. Nas últimas eleições Tarso Genro (PT) venceu o pedetista, no segundo turno, sofrendo todo tipo de ataque raivoso e baixarias.

E a vida tem lá suas várias contradições. Em Goiânia, apesar do partido não ter ganhado as eleições, pôde ser considerado um grande avanço. Afinal, o PMDB, principal adversário, além de ter conseguido uma margem mínima de vantagem sobre o



Maria Luiza Fontenele assumiu a prefeitura de Fortaleza cercada por grandes expectativas.

Era a primeira eleição direta, depois de vinte anos de ditadura e de prefeitos bônicos. Pela primeira vez o PT

PT, com o apoio de toda a máquina estadual e municipal, ainda carregou a suspeita de só ter vencido por causa de fraude na apuração dos votos. O candidato petista era Darci Accorsi, que foi prefeito mais tarde pelo PT, e um dos protagonistas no último pleito. Disputou pelo PTB a prefeitura de Goiânia e perdeu para Pedro Wilson (PT). "O PT é o dono do meu destino", disse o hoje petebista, em 1985, ao jornal *Brasil Extra*. Estava mesmo adivinhando.

Vitória. Mesmo perdendo na capital do Espírito Santo. Enfrentando o PMDB, que utilizava os mesmos métodos que condenava no passado, o partido quase chegou lá. Fiel ao programa de governo e com campanha criativa os petistas capixabas atraíram principalmente a classe média. Vitor Buaiz era candidato petista, ficou em segundo naquela eleição. Mas participou de outra. E outra. E a história que os petistas de lá conheceram quando Buaiz, pelo PT, foi governador do Estado, não é tão feliz. Mas aí é outra história.

Já naquela época, pautada pela discussão interna do PT, a mídia fazia sua investida: lights contra xiitas. O partido inovava no jeito de fazer campanha. Havia uma certa unanimidade quanto à criatividade e originalidade da campanha de TV. Mas também alguma indignação entre alguns petistas. A utilização dos meios de comunicação de massas, por meio de programas bem elaborados, muitas vezes causava discussão, havia quem defendesse que era vendida imagem de um partido não radical, não combativo, com medo de perder votos. Para uns, a campanha de TV era responsável pelo crescimento do partido, outros defendiam que o exagero de sutilezas nos programas televisivos prejudicaram a compreensão de certas posições do PT.

A imprensa era implacável com o PT. Nada que não lembre as manchetes atuais: o PT vermelho e o cor-de-rosa. Mas quem imaginava que seria diferente?

Rosana Ramos, jornalista, editora do Linha Aberta (site do PT - [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)).

# O governo Maria Luiza

Três problemas eram emergenciais: colocar a folha em dia, remover as montanhas de lixo espalhadas pela cidade e dar um jeito nos camelôs. Para isso teve-se a percepção (que era consensual no PT, na frente e na cidade) de que o ponto de partida estava no saneamento financeiro da prefeitura. O primeiro ato da prefeita foi então determinar que todos os funcionários comparecessem, em prazo curto, a certos locais (quadras de esporte, escolas, clubes etc) para serem recenseados. Só nesta operação foram eliminados cerca de 18 mil contracheques (de 44 mil caíram para 26). Os fantasmas e os cargos acumulados predominavam.

Quanto aos camelôs, a "solução" só viria bem mais tarde, com a criação de uma espécie de camelódromo no centro da cidade. Para se ter uma idéia, eu mesmo, atravessando de lado a lado a Praça José de Alencar, consegui montar um fogão inteiro só adquirindo peça por peça, uma tampa aqui, um cano ali, uma chapa acolá. Objeto *sui generis*, é claro, sem marca e de todas as cores imagináveis, psicodélico! Peças de tecido estendidas na copa das árvores, bares sob os abrigos de ônibus, matadouros de porco, bode, boi. Carne "tratada" e vendida ali mesmo, em meio à fedentina acumulada de semanas, misturada com tripas de peixe, sob o adorno de couros espichados e pendurados nos postes.

Mas o lixo não. Foi em torno do lixo que se desenrolou a batalha da opinião pública, que perdemos feio. De noite, o governador mandava os caminhões do Estado depositarem montes de sujeira nas praças. Logo cedo chegavam as câmeras, e já no noticiário do meio dia, de todos os canais de TV e rádios, as reportagens estavam no ar. Com tanta infantilidade do nosso lado, era impossível vencer.

Maria Luiza deixou a prefeitura saneada. Quando ela assumiu, cerca de 95% da receita estava comprometida com a folha de pagamento. Deixou-a em 63%. Renegociou todas as dívidas em condições razoáveis. Mas como perdeu a batalha política, apenas preparou o terreno para o êxito do seu sucessor. E assim começou a fama de bom administrador do hoje prescindível Ciro Gomes.

Curiosidade: o grupo de Maria Luiza, na prefeitura, nunca aceitou a orientação política do PRC, do qual viria a se afastar, criando o PRO (Partido da Revolução Operária). Em Fortaleza tivemos, então, um caso inédito de um partido dentro do partido dentro do partido.

Ozeas Duarte, secretário nacional de Comunicação do PT e colaborador dos primeiros meses do governo Maria Luiza.

## OPTAM PELA VOLTA À DEMOCRACIA.

1989

EM CONTAGEM (MG), OPERÁRIOS OCUPAM A MANNESMAN E ENTRAM EM GREVE.

O DITADOR ALFREDO STROESSNER, DO PARAGUAI, É DEPOSTO E REFUGIADO SE NO BRASIL (FEVEREIRO).

EM PEQUIM, TROPAS DO EXÉRCITO REPRIMEM VIOLENTAMENTE OS ESTUDANTES ACAMPADOS NA PRAÇA TIANANMEN, CENTENAS DOS QUAIS SÃO ASSASSINADOS.

O BRASIL ASSISTE À MAIS EMOCIONANTE CAMPANHA ELEITORAL DE SUA HISTÓRIA, NAS PRIMEIRAS

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DIRETAS REALIZADAS APÓS O FINAL DA DITADURA MILITAR. LULA DISPUTA O SEGUNDO TURNO COM FERNANDO COLLOR DE MELO, QUE VENCE A ELEIÇÃO DEPOIS QUE A REDE GLOBO DIVULGA VERSÃO MANIPULADA DO ÚLTIMO DEBATE ENTRE OS DOIS E PESQUISA DO INSTITUTO VOX POPULI, LIGADO AO EX-GOVERNADOR DE ALAGOAS, SEGUNDO A QUAL O CANDIDATO PETISTA "PERDEU O DEBATE".

O "SOLIDARIEDADE" VENCE AS ELEIÇÕES NA POLÓNIA. NO GOVERNO, SEUS DIRIGENTES IMPLEMENTAM REFORMAS DE CUNHO LIBERAL.

NA ALEMANHA ORIENTAL, O MURO DE BERLIM É DESTRUÍDO (9/11). A

DIREÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA UNIFICADO É DESTITUÍDA E UMA COALIZÃO DE PARTIDOS PRO-CAPITALISTAS ASSUME O PODER.

OS ESTADOS UNIDOS INVADEM O PANAMÁ PARA PRENDER O DITADOR NORIEGA POR SEU ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO (20/12).

NA ROMÊNIA, UMA INSURREIÇÃO POPULAR APOIADA PELO EXÉRCITO DERRUBA O GOVERNO DE NICOLAE CEAUȘESCU APÓS VIOLENTOS COMBATES DE RUA, EM DEZEMBRO. O DITADOR E SUA MULHER SÃO FUZILADOS (25/12).

A URSS RETIRA SUAS ÚLTIMAS TROPAS DO AFGANISTÃO, QUE INVADIRA DEZ ANOS ANTES.

PATRICIO AYLWIN ELEGE-SE PRESIDENTE DO CHILE, RESTAURA-SE FORMALMENTE O GOVERNO CIVIL, MAS OS MILITARES MANTÊM SUA TUTELA SOBRE O ESTADO E PINOCHET CONTINUA NO COMANDO DO EXÉRCITO.

1990 NA ÁFRICA DO SUL, NELSON MANDELA É POSTO EM LIBERDADE DEPOIS DE 28 ANOS DE PRISÃO (11/2).

O PRESIDENTE DO PERU, ALBERTO FUJIMORI, FECHA O CONGRESSO E INTERVÉM NO JUDICIÁRIO, A PRETEXTO DE COMBATER A CORRUPÇÃO.

A ALEMANHA DERROTA A ARGENTINA E SAGRA-SE CAMPEA DA COPA DO

## MUNDO DE FUTEBOL DA ITÁLIA (8/7).

O IRAQUE INVADU O KUWAIT (2/8).

NO BRASIL, COLLOR TOMA POSSE E CONFISCA OS DEPÓSITOS BANCÁRIOS, INCLUSIVE A CADERNETA DE POUPANÇA, DE TODOS OS CORRENTISTAS. O "PLANO COLLOR" AFUNDA O PAÍS NA RECESSÃO E NO DESEMPREGO. REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA (OUTUBRO).

1991 PRIVATIZAÇÃO DA USIMINAS, A PRIMEIRA DA ERA COLLOR (OUTUBRO).

OS ESTADOS UNIDOS ARTICULAM A MAIOR ALIANÇA MILITAR DA HISTÓRIA E, DEPOIS DE ALGUNS MESES DE

ULTIMATO, INVADEM O IRAQUE (16/1). É A GUERRA DO GOLFO, CUJO OBJETIVO MAIOR É O CONTROLE DAS ESTRATÉGICAS RESERVAS DE PETRÓLEO. MILHARES DE CIVIS IRAQUIANOS MORREM NOS PESADOS BOMBARDEIOS ALIADOS, APESAR DA PROPAGANDA NORTE-AMERICANA EM TORNO DA "PRECISÃO CIRÚRGICA" DOS MISSÉIS. O IRAQUE RENDE-SE EM FEVEREIRO, MAS SADDAM HUSSEIN CONTINUA NO PODER.

GOLPE MILITAR NO HAITI. CELEBRADO O TRATADO DE PAZ ENTRE O GOVERNO DE ANGOLA E A UNITA, GUERRILHA DE DIREITA APOIADA PELO ZAIRE.

GOLPE DE ESTADO NA URSS CONTRA MIKHAIL GORBATCHOV (19/8).

21 ANOS

# Para nascer, nascemos...

Começo parafrazeando Neruda: Para nascer, nascemos... Sobre as pessoas como sobre os partidos é possível dizer: "vocês ainda precisam aprender a viver", e temos ouvido muito essa advertência ao longo desses 21 anos. Não é possível, porém, exigir "vocês precisam aprender a nascer...". Não se aprende a nascer. Nascer é imperativo, na natureza como na história. Gosto de lembrar uma frase que ouvi, há alguns anos, de um importante dirigente do PSDB: "O PSDB nasceu de um drama de consciência, o PT de uma necessidade histórica". Para além do efeito musical e retórico que, sem dúvida, sensibiliza nossos ouvidos, é útil buscar entender de que *necessidade histórica* estamos tratando.

O parto, cujas contrações se iniciam em Vila Euclides, e se consuma no 10 de fevereiro de 1980, exprime a *necessidade histórica* de unificar as lutas dos trabalhadores brasileiros, pulverizadas pela destruição de suas organizações golpeadas pelo aparato policial militar na década anterior. E, ao liberar esse impulso, configurar um estuário amplo o suficiente para recolher e unificar diversas vertentes de uma esquerda que buscava, sob as mais difíceis condições, reencontrar-se com sua fonte de energia fundamental: as classes trabalhadoras.

Elas, as classes trabalhadoras, irrompem em São Bernardo, mas não apenas em São Bernardo. Trata-se de um nascimento, *renascimento* múltiplo, vário na geografia, no método, no pensamento e nas aspirações. São Bernardo recolheu os fios dessa renda que fora urdida na sombra e imprimiu-lhe a força de que necessitava para invadir os estreitos espaços de ação política que prevaleciam então. A derrota do regime militar se deu em etapas suficientemente longas para permitir a consertação de um novo pacto pelo alto que permitiu a retirada dos militares da cena política sem perdas importantes.

As eleições de 1982 apontaram o esgotamento político do regime, confirmaram os resultados dos pleitos de 1974 e 1978 e atribuíram ao PMDB um papel decisivo na transição pactuada. Estavam dadas as condições para o êxito do Colégio Eleitoral. Se, por um lado, os resultados de 1982 fizeram ruir o centralismo que prevalecera na década anterior, por outro, significaram a entrada em cena de novas oligarquias regionais e a ressurreição de antigas oligarquias. Expõe-se assim um aspecto que se revestiu de alguma importância no período seguinte: o conflito agudo entre o "novo latifúndio" e as organizações emergentes dos trabalhadores rurais. Como definir esse "novo latifúndio"? O avanço do capitalismo no campo brasileiro a partir de 1966, com a criação da Sudam e o estabelecimento das políticas de incentivos fiscais, passou pela utilização descarada do Estado como captador de recursos do contribuinte para transferi-los, em geral a fundo perdido, a empresários, tivessem eles tradição na agricultura, fossem industriais, comerciantes ou banqueiros. O capital inicial desses valentes *pioneiros* foi graciosamente ofertado pelo Estado às custas do bolso do contribuinte. Para o que nos interessa aqui, tal política resultou no aparecimento do industrial-latifundiário, da transnacional-latifundiária, do banqueiro-latifundiário. Traduzindo: as políticas agrárias e agrícolas do regime militar unificaram os interesses dos

latifundiários com os interesses dos outros setores do capital.

Na outra ponta, a resistência dos trabalhadores rurais se expressava em um sem-número de conflitos pela posse da terra espalhados por todo o país, greves importantes nas áreas de assalariados agrícolas – zona canavieira de Pernambuco e São Paulo – e as lutas travadas em torno da política agrícola envolvendo particularmente os agricultores do sul do país. A marca dessas lutas e a sua condenação residia no seu isolamento, sua dispersão, sua solidão. A ausência de articulação entre elas funcionava como um poderoso obstáculo à sua tradução em fato político de peso, no contexto da luta de classes no país. Em suma, a unificação dos interesses do latifúndio com os demais interesses do capital ainda não havia produzido sua contra-partida política: a unificação das lutas dos trabalhadores rurais.

Curitiba, janeiro de 1984. O Congresso dos Trabalhadores do Campo formalizava em um organismo as mais significativas experiências de lutas que vinham da Fazenda Anoni com os despejados da Reserva Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, dos filhos de pequenos agricultores do vale do rio Uruguai e do oeste catarinense, dos desalojados de Itaipu, no Paraná: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Amplo e marcado pela radicalidade. Recolheu em sua pia de batismo os selos e o caráter das lutas que o precederam. Estiveram presentes antigos militantes das Ligas Camponesas, das Ultabs, do antigo Master. Estiveram representados diversos partidos de esquerda, com maior ou menor identidade. Como simpatizantes, aliados ou companheiros de luta nessa nova frente.

Do ponto de vista da organização dos trabalhadores o MST representava o questionamento mais radical à estrutura sindical vigente no campo, naquele momento. O Movimento desejava passar por dentro do sindicato mas não queria se esgotar nele e combateu com firmeza aquela prática que, na época, definíamos como *sindicalismo de memorando* praticada pela estrutura sindical oficial, conduzida pela Contag.

Em um contexto em que os conflitos no campo se tornavam a cada dia mais generalizados e mais agudos, com o aparecimento da UDR, a violência que antes exprimia contradições sociais objetivas, dá um salto de qualidade quando os latifundiários se dotam de uma espécie de Estado Maior e fazem dela uma violência generalizada, seletiva e impune: uma violência de classe. Por seu lado o MST, centrando sua tática nas ocupações, redefiniu radicalmente os termos da luta pela reforma agrária no Brasil. Primeiro, porque nasceu e fixou sua linha de frente no sul do país, onde a estrutura fundiária se encontra mais estratificada e legitimada historicamente e onde se localiza a agricultura mais desenvolvida. Segundo, porque conferiu à luta um caráter de massas oferecendo a milhares de trabalhadores expulsos da terra, que recusavam a se tornar assalariados – hoje, eles já não têm nenhuma expectativa de se tornar assalariados, eles se recusam a dividir com os ratos o lixo das cidades... – e a milhares de filhos de pequenos proprietários que não tinham a perspectiva de receber um quinhão de partilha ou de herança e se recusavam a migrar para outras

regiões do país, a possibilidade de conquistar terra na própria região. Um traço tem sido permanente em todo o processo que resultou das grandes mobilizações do final da década de 70: as conquistas obtidas sempre resultaram da combinação das lutas de massas com os acúmulos institucionais. O que ficou claro para o PT na primeira metade da década de 80 e se consagrou nas resoluções do 5º Encontro, em 1987. O novo bloco de poder configurado pelas elites e a correlação de forças estabelecidas na luta de classes no Brasil, nos afastava cada vez mais de uma estratégia insurrecional e nos conduzia para uma política de acumulação de forças no sentido da disputa pela hegemonia na sociedade. Conjugando a luta de massas com a ação institucional tem sido o grande desafio para o PT, como para o Movimento dos Sem-Terra. Para este, expresso na conhecida máxima dos seus dirigentes: "pau e prosa", ou nas várias campanhas para vereadores, prefeitos, deputados, governadores que faz apoiando candidatos – alguns deles militantes do Movimento na legenda de diferentes partidos, combinada com ofensivas de ocupações de terra; para o PT o desafio é posto de forma mais complexa por sua própria natureza. Trata-se de um partido político. E de um partido que, ao longo de 21 anos ampliou extraordinariamente sua influência sobre a sociedade. Ao conquistar espaços nas câmaras municipais, prefeituras, nos parlamentos estaduais e federal e em governos de Estados, o PT é colhido por uma ambigüidade inescapável: devemos ser, a um só tempo, combatentes e gestores da esfera pública em uma sociedade que desejamos superar.

Tal ambigüidade, para o MST, se expressa de outra forma: busca a ruptura das instituições, mas se obriga a disputar os financiamentos públicos geridos por ela. Por uma razão que o Movimento aprendeu ao apostar na organização das cooperativas de produção: quando cai a cerca de um latifúndio não cai com ela o Estado brasileiro. A riqueza e a importância dessas duas experiências de organização e de luta dos trabalhadores brasileiros, exige de nós a generosidade das circunstâncias que nos geraram, a compreensão larga de que se não é nova no movimento operário e socialista a experiência que vivemos, pode ser nova pelas soluções que venhamos a apresentar. E, talvez, justificar o título que abre essas reflexões: para nascer, nascemos...

Pedro Tierra, poeta e diretor da Fundação Perseu Abramo.



**“A vida de 21 anos, se comparada ao tempo físico de existência dos mais antigos partidos do país, é muito curta. Todavia, o tempo político do PT, pelo volume de suas atividades, pela relevância de sua presença e pela densidade de seu acúmulo contra-hegemônico, é muito longo. Hoje, o partido é uma real e forte alternativa de governo, como ficou comprovado nas últimas eleições municipais e vamos confirmar em 2002. Sem dúvida, valeu a pena caminhar. Tal constatação, longe de autorizar uma atitude de contemplação e a mera sensação do dever já cumprido, implica uma séria e gigantesca responsabilidade: aceitar o desafio de ajudar a organizar e mobilizar os trabalhadores e o conjunto do bloco histórico para mudar profundamente a sociedade brasileira, especialmente, em um período de crise do capitalismo e do projeto neoliberal. Isso apenas será possível se, além dos necessários acúmulos eleitorais e no interior das instituições do Estado burguês, cumprirmos a tarefa incontornável de enfrentarmos de maneira decisiva as forças conservadoras do capital oligopolista financeiro e do latifúndio, na perspectiva da construção de um Brasil socialista.”**

**Ronald Rocha, membro da Comissão Executiva Nacional do PT e do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo**



OS GOLPISTAS SÃO DERROTADOS, MAS GORBATCHOV PERDE O PODER E, EM DEZEMBRO, RENUNCIA À PRESIDÊNCIA. A PROCLAMAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA POR VÁRIAS REPÚBLICAS SOVIÉTICAS DETERMINA O DESAPARECIMENTO DA URSS. RÚSSIA, UCRAÍNA E BIELORRÚSSIA FORMAM A COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES-CEI (9/12).

LECH WALESA ELEGE-SE PRESIDENTE DA POLÓNIA.

O CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, REALIZADO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP (27/11 a 1º/12).

1982

INSTALADA UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA INVESTIGAR ACUSAÇÃO

DE TRÁFICO DE INFLUÊNCIA NO GOVERNO COLLOR, BATIZADO DE "ESQUEMA PC", PORQUE LIDERADO POR PAULO CÉSAR FARIAS, O "PC" (JUNHO). A CPI RECOMENDA A ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT.

ESTUDANTES SAEM ÀS RUAS DE SÃO PAULO PEDINDO O AFASTAMENTO DE COLLOR (11/8). É O INÍCIO DO MOVIMENTO "FORA, COLLOR" QUE SE ESPALHARÁ POR TODO O BRASIL.

COLLOR SOFRE IMPEACHMENT E ITAMAR FRANCO ASSUME A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (29/9).

ABIMAEEL GUZMÁN, PRINCIPAL LÍDER DO GRUPO GUERRILHEIRO SENDERO LUMINOSO, É CAPTURADO NO PERU (SETEMBRO).

EM SÃO PAULO, A POLÍCIA MILITAR DO GOVERNADOR LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO INVADE O PRESÍDIO DO CARANDIRU PARA

DOMINAR UMA REBELIÃO E PROMOVE UM BANHO DE SANGUE: 111 DETENTOS SÃO ASSASSINADOS (2/10).

O PT ELEGE SEUS PRIMEIROS GOVERNADORES: CRISTOVAM BUARQUE, NO DISTRITO FEDERAL, E VITOR BUAIZ, NO ESPÍRITO SANTO.

COMEÇA A GUERRA DA BÓSNIA-HERZEGÓVINA (MARÇO).

O MPLA-PT VENCE AS ELEIÇÕES EM ANGOLA, MAS OS RESULTADOS SÃO REJEITADOS PELA UNITA, QUE TENTA UM GOLPE PARA TOMAR LUANDA. A GUERRA CIVIL É GUERRILHEIRA.

1993

PLEBISCITO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

NA VENEZUELA, CAI O GOVERNO NEOLIBERAL DE CARLOS ANDRÉS PEREZ (20/5).

MORRE O CINEASTA FEDERICO FELLINI.

SETE CRIANÇAS DE RUA SÃO ASSASSINADAS NA CANDELÁRIA (23/7).

POLICIAIS MILITARES USANDO MÁSCARAS EXECUTAM 21 PESSOAS NA FAVELA DE VIGÁRIO GERAL, NO RIO DE JANEIRO (30/8).

DENUNCIADA A CORRUPÇÃO NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (20/10). O ESCÂNDALO IMPLICA DIVERSOS PARLAMENTARES, QUE VIRÃO A SER CHAMADOS DE "ANÕES DO ORÇAMENTO", DOS QUAIS O MAIS CONHECIDO É O DEPUTADO JOÃO ALVES.

1994

NO MÉXICO, O EXÉRCITO ZAPATISTA DE

LIBERTAÇÃO NACIONAL, AGRUPAMENTO GUERRILHEIRO INDÍGENA, ANUNCIA SUA EXISTÊNCIA OCUPANDO MILITARMENTE VÁRIAS CIDADES DO ESTADO DE CHIAPAS E ENTRANDO EM COMBATE COM O EXÉRCITO REGULAR (JANEIRO).

GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO EM PORTUGAL, POR AUMENTO SALARIAL (25/1).

GREVE GERAL NA ESPANHA, CONTRA A POLÍTICA ECONÓMICA DO GOVERNO (27/1).

FHC ANUNCIA O PLANO REAL, PACOTE ANTI-INFLACIONÁRIO BAIXADO POR MEDIDA PROVISÓRIA E QUE CRIA A UNIDADE REAL DE VALOR (URV) COMO INDEXADOR QUE PRECEDE A CRIAÇÃO DE UMA NOVA MOEDA, O REAL, QUE TERÁ PARIDADE COM O DÓLAR. OS SALÁRIOS SÃO CONVERTIDOS EM URV PELA MÉDIA DOS ÚLTIMOS QUATRO MESES,

# Congresso cidadão

A Assembléia Constituinte de 1987-88 foi possivelmente o melhor momento que viveu o Congresso Nacional em sua história. Poucas vezes no Brasil o Legislativo trabalhou em colaboração tão estreita com a sociedade, com tanta participação de movimentos sociais, sindicatos e todo tipo de entidades.

Nas eleições de 1986, que se deram no auge do sucesso do Plano Cruzado, o PMDB, do presidente José Sarney, se encontrava muito fortalecido. O partido chegou à Assembléia com nada menos do que 306 constituintes.

O PT, com apenas seis anos de existência, elegeu uma bancada de 16 parlamentares, dobrando sua representação na Câmara. Na ocasião, eu fui o deputado federal mais votado da história do país, com quase 652 mil votos.

O mais marcante é que o PT lutou como um leão e teve a ousadia de apresentar um projeto de Constituição e uma proposta de Regimento Interno para a Constituinte. Foi um feito que nenhum outro partido repetiu.

Os dois anos de trabalho ali foram de rico aprendizado político. Foi nesse momento que o PT se afirmou como partido, provando sua capacidade de negociação e consolidando uma reputação de competência na área parlamentar que persiste até hoje.

Basta dizer que, na Constituinte, dos dezesseis representantes do PT, treze tiveram nota 10 na avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, sendo que os outros três tiveram 9,5 e 9. Fomos a bancada nota 10.

Os deputados petistas permaneciam em Brasília a semana inteira. Éramos uma caixa de ressonância da sociedade. Era incrível a quantidade de representantes dos mais diversos setores da sociedade que nos procuravam.

O resultado final do trabalho não foi a Constituição de nossos sonhos, mas certamente é a mais democrática que este país já viu. Não conseguimos mais porque, a partir do momento em que a direita percebeu que estava perdendo, articulou o famoso Centrão, que se constituiu em uma poderosa fonte de conservadorismo no andamento dos trabalhos.

Essa força também acabou transformando o parlamento quase que em



um balcão de negócios a serviço de interesses privados. O objetivo deles era neutralizar nossa atuação e diminuir o peso de Mário Covas, que era o principal negociador do PMDB e agia de forma honrada, cumprindo à risca o que acordava conosco.

Foi graças à força do Centrão que nós não pudemos avançar mais em pontos críticos como a reforma agrária e as mudanças na estrutura sindical. Conquistas importantes na área trabalhista deveriam ser reguladas posteriormente por leis ordinárias. Nós já imaginávamos que não seria fácil: até mesmo a Constituição anterior, de 1946, ainda não estava toda regulamentada quando nós já estávamos discutindo sua substituta.

O grande embate com os conservadores aconteceu na votação do mandato do presidente Sarney. Infelizmente perdemos.

Houve desdobramentos inacreditáveis em questões como o Capítulo referente às empresas estatais, por exemplo. Na época, praticamente todos os deputados foram favoráveis à sua manutenção. Pouco tempo depois, a partir do governo Collor, começou a ofensiva neoliberal, que desmontou de forma inseqüente todo o patrimônio público que as estatais representavam, com o apoio de muitos deputados que antes as defendiam. Nós jamais poderíamos imaginar que a privatização fosse ocorrer de forma tão rápida e selvagem.

Quando a Constituição ficou pronta, o PT permaneceu contra o resultado e não votou em plenário a sua aprovação. Nós assinamos o texto final, entretanto, como forma de registrar que participáramos do debate.

Quase treze anos depois,

nós percebemos que o que havia de mais avançado na Constituição não entrou em vigor, ou porque não foi regulamentado, ou porque o texto foi desfigurado, sobretudo por meio das Medidas Provisórias, que o atual governo vem utilizando de forma banal desde 1994. Como é que determinadas MPs já foram reeditadas mais de setenta vezes? É uma irresponsabilidade do governo, que conta com a conivência de uma boa parte do Congresso, a serviço do grande capital.

Fernando Henrique praticamente rasgou a Constituição. O Capítulo que versa sobre a Ordem Econômica, no qual nós havíamos conquistado

tantos avanços, foi retalhado a golpes de facão.

Hoje já não podemos dizer que o que restou da Carta de 88 possa merecer o nome de Constituição Cidadã, mas o PT continua na luta pelos mesmos princípios que nortearam nossas ações naquela Assembléia. E esperamos que os ideais de cidadania que nos levaram até Brasília possam um dia ser postos em prática, para acabarmos de vez com a herança de injustiça social que ainda vem das velhas leis da época colonial.

**Luiz Inácio Lula da Silva,**  
conselheiro do Instituto  
Cidadania.



O 5º Encontro Nacional do PT ocorreu em 1987, após as eleições que consagraram Lula o deputado federal mais votado do país, com mais de 600 mil votos. O 5º Encontro detalha a estratégia democrática e popular, articulada com o socialismo; estabelece a política de acúmulo de forças; aprova a resolução sobre tendências; e faz detalhada análise da situação política conjuntural: a transição conservadora estava em crise, colocando-se na ordem do dia a possibilidade da conquista de um governo democrático e popular. O Encontro indicava então, que estavam criadas as condições reais para o PT abrir uma brecha no poder das classes dominantes, com a eleição de um candidato popular e socialista, embora tais condições apresentassem debilidades graves. Os resultados das eleições de 1988 e 1989 confirmaram, para o bem e para o mal, essa análise.

“O PT, neste novo milênio, renova a esperança de construção de um mundo de paz, justiça, lar, pão, mel e poesia para todos os brasileiros.”

**Pedro Wilson,** prefeito de Goiânia

IMPONDO NOVAS PERDAS AOS TRABALHADORES (28/2).

MORRE EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO EM ÍMOLA, NA ITÁLIA, O TRICAMPEÃO MUNDIAL Ayrton Senna (19/5).

O CONSERVADORISMO PREPARA-SE PARA LANÇAR A CANDIDATURA FHC E MONTA UMA PODEROSA COALIZÃO ENTRE PSDB, PFL e PTB (2/5). O BLOCO POPULAR e DEMOCRÁTICO, COM LULA À FRENTE, FORMA A FRENTE BRASIL POPULAR, COM PSB, PCdoB, PCB, PPS e PSTU (13/5).

PRIMEIRA GREVE GERAL NO PARAGUAI EM 36 ANOS, REIVINDICANDO AUMENTO DE 40% NO

SALÁRIO MÍNIMO.

ACORDO NO CAIRO, ENTRE ISRAEL E A OLP, CONFERE AUTONOMIA PALESTINA À FAIXA DE GAZA (4/5).

MORRE O POETA MÁRIO QUINTANA, AOS 87 ANOS (5/5).

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA DENUNCIA AO STF, POR CORRUPÇÃO PASSIVA, A EX-MINISTRA ZÉLIA CARDOSO (5/5).

NELSON MANDELA ELEGE-SE PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, NAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES REALIZADAS APÓS O FINAL DO APARTEID (9/5).

O CONGRESSO ANISTIA PARTE DOS

108 MIL FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS PELO GOVERNO COLLOR (10/5).

O NEOFASCISTA SILVIO BERLUSCONI TOMA POSSE COMO PRIMEIRO-MINISTRO DA ITÁLIA (11/5).

RELATÓRIO DA CPI DA PREVIDÊNCIA DENUNCIA ROMEU TUMA, EX-DIRETOR DA POLÍCIA FEDERAL, POR ENVOLVIMENTO EM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO NO INSS (17/5).

O BRASIL TORNA-SE "CAMPEÃO MUNDIAL" DOS CASOS DE CÓLERA, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, COM MAIS DE 18 MIL NOTIFICAÇÕES E 182 MORTES (23/5).

FUNDAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA DOS

TRABALHADORES UNIFICADO - PSTU (5/6).

ROSA E JOSÉ LUIS SUNDERMANN, MILITANTES DO PSTU, SÃO MORTOS EM SÃO CARLOS-SP (12/6).

ENTRA EM VIGOR O REAL (19/7).

O BRASIL DERROTA A ITÁLIA E SAGRA-SE TETRACAMPEÃO MUNDIAL DE FUTEBOL, NOS EUA (17/7).

O GEÓGRAFO MILTON SANTOS, DA USP, RECEBE NA FRANÇA O PRÊMIO INTERNACIONAL VAUTRIN LUD (19/10).

FERNANDO HENRIQUE ELEGE-SE PRESIDENTE DO BRASIL COM 54% DOS VOTOS VÁLIDOS (3/10).

NA ITÁLIA, TRABALHADORES FAZEM GREVE GERAL E MILHÕES SAEM ÀS RUAS EM PROTESTO CONTRA OS CORTES SOCIAIS PROPOSTOS POR BERLUSCONI (OUTUBRO).

JEAN-BERTRANDE ARISTIDE, DEPOSTO EM 1991, REGRESSA AO HAITI E REASSUME A PRESIDÊNCIA DO PAÍS (15/10).

PRIVATIZAÇÃO DA EMBRAER (7/12).

MORRE TOM JOBIM (8/12).

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI E PARAGUAI ASSINAM TRATADO CRIANDO O MERCOSUL (17/12).

O BANCO CENTRAL INTERVÉM NO

BANESPA E NO BANERJ (30/12).

CRISE LEVA O MÉXICO À BANCARROTA E À DESVALORIZAÇÃO DO PESO (DEZEMBRO).

SEPARATISTAS DA CHECHÊNIA ENTRAM EM CHOQUE COM TROPAS RUSSAS.

1995

OS PETROLEIROS DÃO INÍCIO A UMA GREVE NACIONAL CONTRA O ARROCHO SALARIAL (3/5), COMBATIDA DE FORMA TRUCULENTA POR FHC, QUE NÃO CUMPRIU ACORDO CELEBRADO POR ÍTAMAR COM A CATEGORIA EM 1994. O EXÉRCITO OCUPA REFINARIAS (24/5) E A MÍDIA FAZ UMA CAMPANHA

21 ANOS

# 1989: quase lá

As eleições de 1989 foram o momento em que forças socialistas como o PT, em toda a história do Brasil, estiveram mais perto de conquistar o governo central, segundo as regras das próprias classes dominantes. Apesar de ser uma experiência ainda única, os esforços para extrair suas lições e aprender com elas talvez tenham sido insuficientes.

A batalha de 1989, porém, faz parte da história do PT e da esquerda e relembra-la pode ser útil, principalmente agora que as conjunturas ganham contornos semelhantes aos de 1986 a 1989. Com a diferença, é lógico, de que em 1988-89, a proposta de uma candidatura Lula para vencer era considerada irreal e triunfalista, sob os mais variados argumentos. Iam da falta de força do PT e da esquerda, do descenso das mobilizações sociais e do nosso despreparo para governar, até a suposição de que uma vitória do petista desencadearia um movimento golpista, que se devia evitar. Embora com alguma consistência - nossa força era pequena, o movimento social entrara em descenso e uma articulação golpista não podia ser descartada - aqueles argumentos não levavam em conta as tendências principais do momento histórico que o país atravessava.

## Uma conjuntura excepcional

O período que vai de 1986 a 1989 apresentava uma conjuntura excepcional. Houvera o fim do regime militar, a classe operária despontara como força social independente, multiplicaram-se os movimentos pela democratização política, a burguesia não conseguia unificar-se com um projeto comum e o governo da Nova República falira.

É verdade que havia um entulho autoritário. Os militares saíram sem sofrer uma derrota clara e mantinham certa tutela sobre o país. As eleições diretas haviam sido adiadas e o processo de democratização era lento e distorcido. Mas o plano original de distensão e abertura do regime virou caco pelo impulso das lutas operárias e populares, que conduziram o país a uma situação de abertura que jamais conhecera.

Comparadas às votações do PCB em 1945-47, as do PT e outros partidos de esquerda, em 1982 e 1986, talvez não tenham sido proporcionalmente maiores. No entanto, enquanto em 1945-47 o sistema tinha força para impedir o registro de candidatos populares com vitória certa para prefeito, e mesmo para

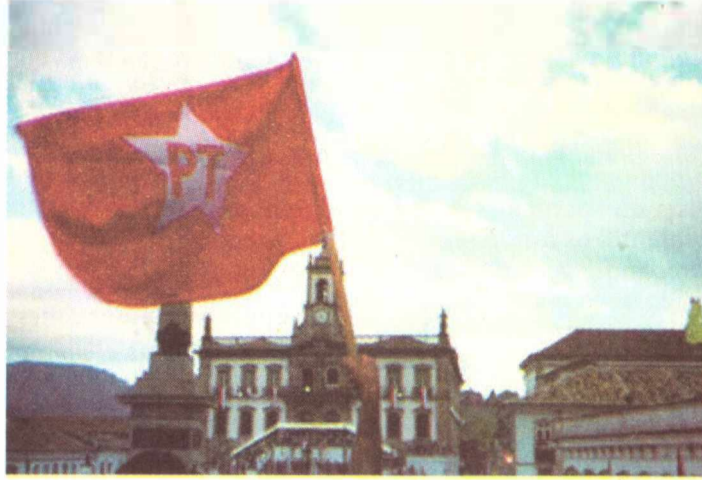
cassar o prefeito comunista de Santo André, em 1982 e nos anos seguintes os conservadores já não tiveram condições de fazer algo idêntico. Tiveram que conviver com a presença de governos populares e socialistas.

Esse quadro tomou vulto em 1988, quando o PT conquistou as prefeituras de Porto Alegre, São Paulo e de outras cidades médias e pequenas. A ascensão política da esquerda parecia não ter por base uma ascensão dos movimentos sociais. Na verdade, a grande ampliação do eleitorado brasileiro criou um descompasso entre os segmentos envolvidos na organização e movimentação social e a grande massa que apenas se dispunha a protestar e indicar suas frustrações e expectativas por meio do voto.

Esse componente político importante da democracia de fachada de nosso país foi percebido por Collor e, depois, por FHC e seus marqueteiros, enquanto nós custamos a levá-lo em conta. Em 1988, já havia descenso das mobilizações sociais, mas também havia um crescente descontentamento das desorganizadas camadas mais pobres e dos trabalhadores e classes médias não organizadas. Esse descontentamento, e o desejo de vingança contra os corruptos e os que prometeram barrar os preços e não o fizeram, sugeriam que a esquerda poderia tornar-se o catalizador do descontentamento e do desejo de vingança e obter uma enxurrada de votos, como em parte aconteceu.

Outro componente inusitado da época foi a divisão do Império. Ainda escaldada com o finado regime militar, e enfrentando pressões do capital transnacional pelo rearranjo do pacto de poder, a burguesia não se unificava em torno de um projeto comum. Isso se manifestou tanto nas divisões partidárias para a sucessão do general Figueiredo, quanto nas eleições de 1986 e 1988, na elaboração da Constituição e na impossibilidade de apresentar uma candidatura forte e de credibilidade, em 1989.

Algo também incomum no período, de intensa campanha neoliberal contra o socialismo e de derrocada do leste europeu, foram as pesquisas de opinião que apontavam a preferência dos brasileiros pelo socialismo, em comparação com o capitalismo, tornando relativamente inócuos os ataques genéricos ao socialismo do PT e demais partidos de esquerda. Finalmente, o imperialismo



norte-americano estava manietado com seus compromissos "democráticos" na batalha pelo desmonte da União Soviética. Não poderia, como em 1964, apelar para ações extra-legais.

Assim, havia tendências objetivas favoráveis para que a candidatura Lula disputasse a Presidência para vencer. Para isso, o PT precisava: a) uma mobilização massiva e entusiasta da militância petista, da esquerda e dos setores populares; b) a compreensão de que os trabalhadores e a grande massa de marginalizados, excluídos ou despossuídos, deveriam ser o alvo principal da campanha; c) a possibilidade de manter o Império dividido, neutralizando e/ou atraindo uma parte de suas forças para o nosso lado; e, d) unificar a esquerda e os setores progressistas em torno de um programa comum, subordinando nossa estrutura organizacional e nossa comunicação a essas linhas tendo como eixo estratégico principal a mobilização massiva.

## A implementação da estratégia

A aprovação dessa estratégia de campanha foi tranquila no Diretório Nacional do PT, embora fosse descartado o objetivo de vencer. Mesmo não acreditando nesta possibilidade, ou talvez por isso mesmo, a direção do

partido concordou com uma linha cuja implementação demandava um trabalho de longo prazo. Suas fases principais englobavam: a definição das idéias-força capazes de conquistar, não só a militância, os setores populares organizados e setores ativos da grande massa do eleitorado, mas também a maioria dessa grande massa; a definição de um programa de governo que correspondesse a essas idéias-força e às aspirações das grandes massas e fosse capaz, também, de neutralizar ou atrair setores da burguesia; a preparação de um plano de comunicação, incluindo os programas gratuitos de televisão, que servisse fundamentalmente como mobilizador da militância, dos setores populares ativos e de todos aqueles que, pela empolgação, poderiam incorporar-se à campanha; as negociações com as forças políticas do chamado "arco de alianças" do PT e sua incorporação à campanha; e uma série de outras medidas políticas e organizativas necessárias para uma campanha daquele vulto.

Não houve consenso, porém, quanto a iniciar esse processo em 1988, no bojo das campanhas municipais. A coordenação nacional, embora existisse na figura de um membro da Executiva e de alguns militantes, na prática não existia como estrutura de direção da campanha. Ela só veio a se

constituir como tal em junho de 1989, com a incorporação de outros membros da Executiva Nacional. Além disso, por diversos motivos, inclusive financeiros, custamos a estruturar os demais setores, como comunicação, mobilização, informação etc.

No processo de mobilização massiva, o papel central foi desempenhado por Lula e não, como alguns supõem, pela Rede Povo e demais meios de comunicação da campanha. A missão estratégica de ir ao maior número de pontos possíveis do país e, com seus discursos, convencer diretamente o eleitorado de que a vitória dependia de sua mobilização, de sua participação na campanha, de que somente com milhões de pessoas tomando parte nos grupos e comitês de apoio seria possível derrotar a máquina dos ricos e poderosos, foi cumprida com sucesso por Lula, apesar das dificuldades e dos esforços exigidos. Sem ela, a Rede Povo não teria tido a matéria-prima para mostrar as mobilizações e incentivar mobilizações ainda maiores.

O problema é que apenas Lula e alguns poucos dirigentes partidários conseguiram criar empatia com os setores marginalizados da população. A maioria dos comitês e militantes da campanha teve imensa dificuldade para relacionar-se com eles e conquistá-los, residindo aqui uma das principais causas de nossa derrota. É verdade que esta não foi a única. Os dois milhões de voluntários mobilizados pela campanha estiveram muito aquém das necessidades para enfrentar a máquina conjugada do poder econômico e do aparelho de Estado, a serviço do filibusteiro Collor no segundo turno. Com isso, nos últimos dias da

campanha, já não tínhamos pernas para enfrentar todo o jogo sujo colocado nas ruas e na imprensa pelo Império.

Nessas condições, mesmo que não houvésemos cometido o erro estratégico de aceitar o último debate no último dia do programa de televisão, deixando o campo aberto para que a Globo fizesse sua montagem, também não tivéssemos errado, em várias ocasiões, como no caso do apoio de Ulisses Guimarães, confundindo adversários táticos com estratégicos e deixando de somar forças para derrotar o inimigo principal, teríamos dificuldade em vencer porque nossa mobilização esteve aquém do necessário.

Um texto sintético como este não permite analisar todos os erros e defeitos da campanha de 1989, assim como todos os seus aspectos positivos. Entretanto, podemos concluir que, se quase chegamos lá, isso se deve ao fato de havermos perseverado na linha de uma mobilização massiva, de haver feito um esforço real para conquistar os trabalhadores e as camadas marginalizadas da população e para unificar as esquerdas em torno de um programa comum.

Se tomarmos isso como base e, além disso, aprendermos a dividir o adversário e neutralizar e atrair alguns setores dele para o nosso lado (o que depende de termos força mobilizada e não apenas propostas atraentes), talvez possamos repetir, em 2002, a performance de 1989, em escala bem maior. Afinal, comparando as situações, as tendências atuais são muito semelhantes às de 1986 a 1989 e as eleições de 2000 não passaram de uma reprise ampliada de 1988.

Wladimir Pomar, membro do conselho de redação da revista Teoria e Debate, foi coordenador da campanha em 1989.

**“Há 21 anos decidimos inventar um novo futuro para o Brasil. Fomos chamados de loucos, divisionistas, sonhadores... Mas este desejo tomou conta dos nossos corações e mentes e fez nascer o PT.**

**Como bons pais, participamos do seu crescimento, acompanhamos seus primeiros passos, nos preocupamos com a formação dos seus princípios, nos orgulhamos dos seus atos de rebeldia... Agora o PT atingiu maioria e tem em suas mãos a responsabilidade de construir um Brasil mais justo. Por acreditar nisso, continuam nos chamando de sonhadores, mas não importa, pois o PT continuará a ser o eterno jovem rebelde que mora dentro de cada um de nós.”**

**João Paulo, prefeito do Recife**

**TERRORISTA CONTRA OS PETROLEIROS, QUE PASSAM A SER ACUSADOS PELA ESCASSEZ DO GÁS DE COZINHA. OS SINDICATOS RECEBEM PESADAS MULTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A GREVE É ENCERRADA EM 2/6.**

**CERCA DE 300 MIL SERVIDORES FEDERAIS ENTRAM EM GREVE CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES DOS CORREIOS E DO SETOR ELÉTRICO, EM DEFESA DO MONOPÓLIO DOS SETORES DE PETRÓLEO E TELECOMUNICAÇÕES E POR REAJUSTE MENSAL DOS SALÁRIOS PELO ÍNDICE DO DIEESE (3/5).**

**A EMPRESA ESCA É AFASTADA DO PROJETO SIVAM POR TER APRESENTADO DOCUMENTAÇÃO FALSA**

**NA CONCORRÊNCIA PARA GERIR O PROJETO DE US\$ 1,4 BILHÃO (20/5). A ESCA ERA LIGADA À RAYTHEON, CORPORAÇÃO NORTE-AMERICANA ESCOLHIDA SEM LICITAÇÃO PARA FORNECER EQUIPAMENTOS AO SIVAM, POR PRESSÃO DIRETA DO PRESIDENTE DOS EUA, BILL CLINTON.**

**A EMENDA QUE MUDA A DEFINIÇÃO DE EMPRESA NACIONAL, RETIRANDO AS RESTRIÇÕES EXISTENTES AO CAPITAL ESTRANGEIRO, É APROVADA EM SEGUNDO TURNO PELA CÂMARA POR 349 VOTOS A 105 (23/5).**

**O GOVERNO ANUNCIA A DESINDEXAÇÃO TOTAL DA ECONOMIA E PROÍBE OS REAJUSTES SALARIAIS. ALUGUÉIS E MENSALIDADES**

**ESCOLARES SÃO LIBERADOS (30/6). CHACINA EM RONDÔNIA: A DESOCUPAÇÃO DA FAZENDA SANTA ELINA, EM CORUMBIARA, RESULTA NA MORTE DE DEZ TRABALHADORES SEM-TERRA E DOIS POLICIAIS. A PRÓPRIA POLÍCIA FEDERAL CLASSIFICA COMO "MASSACRE" A AÇÃO DA PM (9/8).**

**VÍTIMA DE ERRO MÉDICO APÓS UMA OPERAÇÃO DE TRANSPLANTE DE FÍGADO, FALLECE O SOCIOLOGO E EX-DEPUTADO FEDERAL PETISTA FLORESTAN FERNANDES (10/8). GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO NA FRANÇA, CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS E EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA (4/12).**

**EM UMA SÉRIE DE VOTAÇÕES NA**

**CÂMARA FEDERAL, O GOVERNO FHC CONSEGUE AUTORIZAÇÃO PARA PRIVATIZAR GRANDE PARTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NACIONAL: A 24/5, EM PRIMEIRO TURNO, A EMENDA QUE QUEBRA O MONOPÓLIO ESTATAL DAS TELECOMUNICAÇÕES, POR 348 VOTOS A FAVOR E 140 CONTRA; A 6/6, EMENDA QUE QUEBRA O MONOPÓLIO ESTATAL NAS TELECOMUNICAÇÕES É APROVADA EM SEGUNDO TURNO (357 X 136); A 7/6, A CÂMARA APROVA EM PRIMEIRO TURNO A EMENDA QUE PERMITE A QUEBRA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO, QUE VIGORAVA DESDE 1953 (364 VOTOS X 141), E A 20/6 A EMENDA É APROVADA EM SEGUNDO TURNO (360 VOTOS X 129). EM JULHO, AGOSTO E NOVEMBRO, TODAS SERÃO APROVADAS PELO SENADO.**

**O GOVERNO EDITA MP INSTITUINDO O PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (PROER), QUE CONCEDE PRIVILÉGIOS ÀS FUSÕES E INCORPORAÇÕES BANCÁRIAS, COMO O USO DE DINHEIRO PÚBLICO E A CRIAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO (4/11). EM POUCO TEMPO O BANCO CENTRAL GASTARÁ MAIS DE 20 BILHÕES DE REAIS COM O PROER.**

**REVELADO TRÁFICO DE INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DA EMPRESA QUE FORNECERIA OS EQUIPAMENTOS DO PROJETO SIVAM, SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (18/11). O EPISÓDIO PROVOCA A QUEDA DO MINISTRO DA AERONÁUTICA, MAURO**

**GANDRA, NO DIA 19, E DO PRESIDENTE DO INCRA, FRANCISCO GRAZIANO (ACUSADO DE PROMOVER O "GRAMPO" TELEFÔNICO QUE REVELOU O ESCÂNDALO), NO DIA 27.**

**1996**

**MORRE O JORNALISTA PERSEU ABRAMO, DIRIGENTE DO PT (6/3).**

**EM ELDOorado DO CARAJÁS, TROPAS DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ ASSASSINAM COM REQUINTES DE CRUELDADE 19 TRABALHADORES LIGADOS AO MST (17/4).**

**INSTITUÍDA PELO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (MAIO).**

21 ANOS

## Chico Mendes, o meio ambiente e o PT



1989 começou para nós, do Acre, sob o impacto do assassinato de Chico Mendes (22 de dezembro de 1988). Tínhamos a responsabilidade de compreender o significado de sua morte, exigir justiça, ampliar alianças nacionais e internacionais e trabalhar no PT e na sociedade a decisiva emergência de uma questão socioambiental no Brasil.

PT e meio ambiente, PT e Chico Mendes são temas fértilíssimos, educativos para todos nós. Isso tem a ver com a qualidade política da absorção de temas novos, com a superação de preconceitos ideológicos, com a ampliação do horizonte partidário, com a criação de parâmetros e indicadores alternativos para a dimensão econômica da sociedade e com o esforço pessoal de cada militante para crescer à luz da realidade "real" e capacitar-se para transformá-la. Em nosso partido, essas questões entraram definitivamente em pauta a partir de 1989.

Após a morte de Chico, a esquerda - especialmente o próprio PT e a CUT - começou a entender o movimento dos seringueiros para além dos limites da visão sindical-partidária. Até então, Chico era tido como o líder que lutava pela reforma agrária na Amazônia, quase em moldes tradicionais. Mas a defesa da alternativa de reservas extrativistas correspondia ao que existe na cabeça das pessoas da floresta a respeito do uso da terra. Elas não se apegam à terra em si ou à sua divisão. Apegam-se à floresta, não à demarcação da área em lotes. É tudo delineado pelas "estradas" de seringa, castanheiras, igarapés; é outra geografia política, onde o social, o econômico e o ambiental se fundem de maneira direta e forte.

Além disso, era grande a desconfiança no meio da esquerda sobre motivações "burguesas" do ambientalismo. Muitos acreditavam ser coisa de classes médias, já satisfeitas em suas necessidades básicas.

Antes da morte de Chico,

o que havia de ambientalismo no cotidiano do partido era inexpressivo, isolado. Na sociedade, nos anos de 1986 a 1988, os ambientalistas estavam em evidência devido a inúmeras lutas e ao espaço político ganho na Assembléia Nacional Constituinte. Uma parte deles via na luta dos seringueiros somente a defesa da floresta, um valor especificamente ecológico. Mas não existia, no início, uma consciência do Chico nem dos seringueiros, de nenhum de nós, de sermos ambientalistas ou de defendermos o meio ambiente. Defendíamos a nossa vida, da qual a floresta é parte intrínseca. Nossos valores, alma, espiritualidade e cultura estão ligados ao tipo de relação direta de conhecimento, amor, respeito e sobrevivência que temos com os recursos da floresta. Assim, a defesa da floresta tinha um sentido que não podia ser visto fora de nossas próprias vidas. O grande mérito do Chico foi não abrir mão disso de jeito nenhum. Tínhamos que mostrar aos aliados que os milhares de extrativistas, ribeirinhos, índios, intimamente ligados à preservação da floresta, tinham que ser ouvidos.

Assim como os sindicalistas não "liam" o Chico ambientalista, os ambientalistas não "liam" o Chico sindicalista, petista, cuja militância de esquerda era muito forte. Ajudou a fundar o PT, participou das articulações prévias, foi a São Paulo pedir a Lula para que o partido fosse criado também no Acre. Alguns companheiros o achavam "um pouco pelego" porque não colocava com radicalidade o problema da terra, tal como era visto em geral pela esquerda. E uma parte dos ambientalistas procurava esconder ou minimizar seu lado partidário-sindicalista.

Ele foi aprendendo a fazer a mediação. A incorporação dos temas ambientais na agenda de esquerda - com seus enfrentamentos, conflitos e busca de sínteses - tem sido uma escola de política voltada para o futuro: para a diversidade, o diálogo, a negociação, o respeito às gerações futuras, para a relevância inegável da politização do ambiente natural. Isso porque é típico da negociação ambiental extrapolar o padrão antes vinculado basicamente ao conflito dual de classes. E esse é um dos maiores desafios que temos hoje na esquerda: redesenhar o campo de lutas e alianças, agregar a ele valores e motivações, sem perder de

vista que permanecem presentes os interesses irreconciliáveis entre a exploração e a justiça.

O socioambientalismo é um dos pilares da busca de novo modelo de desenvolvimento, com justiça social e ecológica. Mais do que movimento, é campo de dúvida, busca e criatividade. A própria trajetória socioambiental no PT é exemplo disso. É o partido brasileiro que mais tem trabalhado esse tema, embora isso ainda não sensibilize toda a militância.

Em 1989, na campanha de Lula, os ecologistas do PT estavam embalados pelos acontecimentos ligados a Chico Mendes. Em 1994, já em uma secretaria nacional, apresentaram um dos seis capítulos para o



Chico Mendes em 1988.

programa Lula. As reflexões e ações socioambientais do partido têm crescido de maneira consistente. Na própria Amazônia, hoje, o governo petista do Acre, a prefeitura petista de Belém (PA), juntamente com o governo do PSB no Amapá, tentam criar na região um paradigma de desenvolvimento sustentável local que não reflete mais apenas a ação política daqueles que são chamados de "geração Chico Mendes". Reflete também o crescimento da esquerda como um todo. Chico, o seringueiro e seu incipiente socioambientalismo na Amazônia do final dos anos 80 contribuíram para abrir os olhos da esquerda brasileira para essas questões. Por tudo o que aconteceu no mundo na última década, não há mais nenhum partido que ainda ouse ignorar a defesa do meio ambiente como parte de causas sociais. No Brasil, o PT tem nisso um mérito que é, ao mesmo tempo, uma lacuna. Se foi pioneiro na incorporação partidária consequente do tema, os quadros muito qualificados de que dispõe para essa discussão permanecem na condição de suporte interdisciplinar. Não estão ainda no coração das prioridades partidárias, em uma real transdisciplinariedade com nossas preocupações econômicas e sociais. Este é o avanço que falta.

Marina Silva, senadora PT-AC.

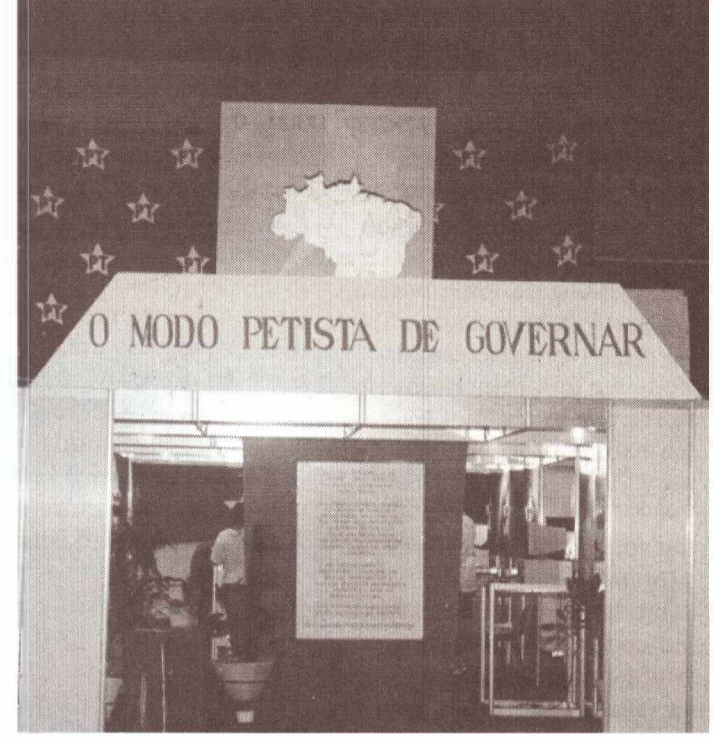
## O modo petista de ser governo

O Partido dos Trabalhadores, nos seus 21 anos de existência, vem acumulando importantes vitórias políticas e eleitorais. Com erros e acertos, com vacilações e avanços, com fortes disputas internas, o crescimento eleitoral do PT é visível e inquestionável. Este crescimento eleitoral se baseia no importante papel político desenvolvido por nosso partido, na construção da história brasileira nestas duas últimas décadas.

Desde sua construção, em 1980, passando pela construção da CUT, pela campanha das Diretas-já, pelo trabalho no Congresso Constituinte, pela belíssima campanha presidencial de 1989, pelo impeachment de Collor, o PT vem se consolidando como um partido de esquerda, comprometido com a solução de históricos problemas de nosso país; ético e fortemente vinculado aos movimentos sociais.

Das vitórias iniciais em prefeituras, como a de Fortaleza, Diadema, Icapuí, passamos a governar importantes cidades como Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre. O acúmulo de experiências administrativas bem sucedidas, aliado ao desengano das populações com os governos locais e com a política geral do governo federal, nos permitiu passar às vitórias nos governos estaduais. Em 1994 ganhamos os governos do Espírito Santo e do Distrito Federal. Infelizmente, terminamos estes mandatos com duas realidades distintas. No Espírito Santo, o governo distanciou-se do partido e, sobretudo, distanciou-se dos projetos partidários e dos compromissos com a população. No Distrito Federal, terminamos o mandato em "alta", com importantes projetos implantados, com elevados índices de aprovação popular, mas, infelizmente, não conseguimos a reeleição.

Nas eleições municipais de 1996, conseguimos a nossa reeleição em Porto Alegre e ganhamos Belém, além de termos obtido excelentes resultados eleitorais em diversas importantes cidades, com candidatos do PT ou de partidos aliados. Isto possibilitou um avanço para a conquista dos



governos estaduais em 1998. Ganhamos em Mato Grosso do Sul, no Rio Grande do Sul e no Acre.

Já em 2000, nas eleições municipais, conseguimos ampliar nossa força nestes Estados, mesmo tendo perdido as eleições em Campo Grande e Rio Branco, além de termos conseguido eleger os prefeitos de seis capitais, com candidatos próprios e alcançamos excelentes índices eleitorais em diversas outras capitais, sem contar as vitórias em diversas importantes cidades brasileiras.

Um importante desafio está posto para esta quinta geração de prefeitos petistas, e, também, para os atuais governos estaduais: para além de administrar com transparência, com ética e competência, temos o desafio de saber fazer a política da diferença. De mostrar que é necessária e possível uma outra política, de compromisso com as necessidades da maioria de nosso povo, de resgate dos serviços públicos, de compromisso com a geração de emprego e renda, enfim, uma política diametralmente oposta ao neoliberalismo. Não podemos nos fechar nas fronteiras de nossos municípios e Estados e fazer aquilo que o governo FHC quer que façamos: os ajustes monetaristas, que nos incompatibilizarão, sobretudo, com os segmentos que representam a nossa base eleitoral.

É fundamental compreendermos a razão de nossa derrota em Brasília e de nosso insucesso no Espírito Santo. O aprofundamento desta

avaliação deve servir como elemento político que precisa ser levado em conta nos atuais governos. No caso do Distrito Federal, a lição que salta aos olhos é que, para o PT, não basta uma administração competente. Construir governos militantes, no sentido da busca incessante de diálogo com a população, da transparência e da disputa política, é o que nos pode permitir consolidar e ampliar uma base social disposta a apoiar nossos projetos e nosso partido.

Como propõe o Diretório Nacional: é hora de nos colocarmos como aqueles que querem resgatar a nossa responsabilidade social, defendendo a soberania nacional e os interesses populares.

Isto implica uma capacidade maior do que até agora fomos capazes de demonstrar, de nos articularmos para fazer frente ao neoliberalismo, expresso nos atos e ações do governo federal.

Se formos competentes para marcar as nossas diferenças e nos apresentarmos como os legítimos representantes das demandas populares e nacionais, estaremos criando as possibilidades de ampliarmos ainda mais nossas vitórias em novos governos estaduais e em nossas bancadas parlamentares e, sobretudo, a vitória de nossa campanha rumo ao Palácio do Planalto.

**Arlete Sampaio**, ex-vice-governadora do Distrito Federal, membro do Diretório Nacional e presidente do PT-DF.

A LIGHT É PRIVATIZADA (21/5).

**PAULO César FARIAS**, o PC, TESOUREIRO DAS CAMPANHAS DE FERNANDO COLLOR, É ASSASSINADO EM MADEÍR (23/6).

**CONFLITOS COM O EXÉRCITO DE ISRAEL DEIXAM CENTENAS DE MORTOS ENTRE A POPULAÇÃO PALESTINÊSA; 39 PALESTINÊS E 11 SOLDADOS ISRAELÊS MORREM EM CONFRONTO NA FAIXA DE GAZA E CIBORDÂNIA (26/9).**

**GREVE GERAL NA ARGENTINA (26/9).**

**TROPAS DA GUERRILHA TALEBAN TOMAM CABUL, NO AFGANISTÃO, E ENFORCAM O EX-PRESIDENTE**

**COMUNISTA NAJIBULEAR (27/9).**

**O ATOR ITALIANO MARCELO MASTROIANNI MORRE EM PARIS (19/12), aos 73 ANOS.**

**UM COMANDO DO GRUPO GUERRILHEIRO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TURCO ARMARU (MRTA) INVADIU E OCUPA A EMBAIXADA DO JAPÃO EM LIMA DURANTE UMA FESTA, FAZENDO CENTENAS DE REFÊNS (17/12).**

**1997**

**O CONGRESSO APROVA A EMENDA QUE PERMITE A REELEIÇÃO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA, GOVERNADORES E PREFEITOS E QUE**

**BENEFICIA IMEDIATAMENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (28/1).**

**EM LIMA, TROPAS DO EXÉRCITO INVADEM A EMBAIXADA DO JAPÃO E FUZILAM OS QUATORZE GUERRILHEIROS DO MRTA (22/4).**

**AOS 75 ANOS, MORRE O EDUCADOR PAULO FREIRE, CRIADOR DO MÉTODO DO JAPÃO EM LIMA DURANTE UMA FESTA, FAZENDO CENTENAS DE REFÊNS (21/5).**

**NO ZAIRE, AS TROPAS DE LAURENT KABILA DEPÕEM O DITADOR MOBUTU SESE SÉKO, E O PAÍS PASSA A CHAMAR-SE REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (JUNO).**

**DEPUTADOS GOVERNISTAS REVELAM TER RECEBIDO 200 MIL REAIS PARA**

**VOTAR A FAVOR DA EMENDA DA REELEIÇÃO. O MINISTRO SÉRGIO MONTA É APONTADO COMO O AUTOR DO SUBRNO (13/5).**

**HONG-KONG PASSA AO DOMÍNIO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA.**

**GREVE DE CABOS E SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR EM MINAS GERAIS (13/6). EM POUCO MAIS DE UM MÊS, O MOVIMENTO DE REIVINDICAÇÃO POR MELHORES SALÁRIOS REABRTE-SE POR TREZE ESTADOS.**

**MADRE CRISTINA, RELIGIOSA QUE SE DESTACOU NA SOLIDARIEDADE AOS PERSEGUIDOS PELA DITADURA MILITAR, MORRE EM SÃO PAULO, AOS 81 ANOS (26/11).**

**MORRE, AOS 77 ANOS, TOSHIRO MIFUNE, ATOR REBILITO DO CINEASTA AKIRA KUROSAWA (24/12).**

**1998**

**A COMISSÃO ESPECIAL DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA RECONHECEU, POR QUATRO NOMES A TRÊS, QUE A ESQUISSA ZUZU ANGEL, MORTA EM 1976, FOI VÍTIMA DE ATENTADO POLÍTICO (E NÃO DE "ACIDENTE"). O FILHO DE ZUZU, STUART, FORA ASSASSINADO PELO DITADURA E A FIGURINISTA NOTABILIZARA-SE PELA CORREN COM QUE DENUNCIAVA O CRIME (25/9).**

**FHC PERDE DOIS DE SEUS**

**PRINCIPAIS OPERADORES POLÍTICOS: O MINISTRO SÉRGIO MONTA, SEU TESOUREIRO DE CAMPANHA, POR COMPLICAÇÕES RESPIRATORIAS (18/4), E LUIS EDUARDO MAGALHÃES, PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, VÍTIMA DE INFARTO (21/6).**

**INÍCIO DA MARCHA PELO BRASIL ORGANIZADA PELO MBT (3/8).**

**A FRANÇA DERROTA O BRASIL POR 3 X 0 E CONQUISTA A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL.**

**JOSÉ SARAMAGO RECEBE O PRÊMIO NOBEL DE LITERATURA (OUTUBRO). O PT ELEGE OS GOVERNADORES DO ACRE (JORGE VIANA), DO MATO GROSSO DO SUL (ZECA DO PT) E DO**



21 ANOS

# Balanco e desafios da política externa do PT

A política externa do Partido dos Trabalhadores sofreu uma importante mudança a partir de fins dos anos 80 e começo dos 90.

Em 1989, a coordenação da campanha de Lula decidiu que o candidato presidencial do PT deveria viajar ao exterior - América Latina, Europa e Estados Unidos - para expor seu programa e estabelecer contatos com governos, partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e personalidades. Essa viagem teve grande importância para conhecer novas realidades, estabelecer contatos e tornar o PT e seu candidato mais conhecidos.

Com Lula no segundo turno, o partido viu-se obrigado a improvisar uma série de iniciativas para dar respaldo internacional ao candidato. Criou-se uma comissão provisória de relações internacionais (a secretaria estava vaga desde a renúncia de Francisco Weffort, durante a campanha eleitoral) que conduziu as atividades externas até o 7º Encontro Nacional do PT, em junho de 1990.

Esse evento contou com expressiva presença de delegações internacionais e nele tomou-se a decisão de convocar, para menos de um mês após, um Encontro de Partidos e Movimentos de Esquerda da América Latina e do Caribe, o Foro de São Paulo.

As relações internacionais do partido ganharam mais amplitude e profundidade. Definia-se um campo prioritário de relações - a América Latina - e, com o Foro de São Paulo, criava-se uma instância multilateral de articulação de partidos de todo o continente.

O primeiro Encontro, realizado aqui no Brasil, e que um ano depois, no México, seria batizado de Foro de São Paulo, ocorreu em momento particularmente difícil para as forças de esquerda do mundo inteiro.

A queda do Muro de Berlim era utilizada como poderosa arma de propaganda contra o socialismo. A ofensiva ideológica conservadora fora reforçada pelos avanços que as políticas neoliberais vinham obtendo em vários países do continente, especialmente no México, Argentina e Brasil, então sob a presidência de Collor de Mello.

Os debates do primeiro Encontro revelavam uma percepção suficientemente clara sobre o caráter perverso do projeto neoliberal, então fortemente celebrado pelos meios de comunicação.

Criticou-se não só seu impacto econômico, como a desconstrução social que provocaria, ao lado do enfraquecimento da democracia e do comprometimento da soberania nacional dos países do continente.

Nos encontros que se seguiram à reunião brasileira - no México, em Manágua, Havana, Montevidéu, San Salvador, Porto Alegre, México e Manágua por



segunda vez - sofisticou-se a análise da América Latina e de situações nacionais específicas, ao mesmo tempo em que se construíam propostas alternativas para as esquerdas no continente, muitas delas testadas exitosamente em experiências de governo, especialmente municipais e estaduais.

O Foro de São Paulo tem um caráter heterogêneo, não só porque abriga organizações de distinto porte, como por reunir forças que têm visões ideológicas distintas, decorrentes muitas vezes de sua própria história.

A unidade que o Foro de São Paulo pôde estabelecer é eminentemente política e se traduz em debates, iniciativas políticas comuns e ações de solidariedade.

Um Grupo de Trabalho e uma Secretaria Executiva, exercida pelo PT, permite garantir um mínimo de iniciativas comuns entre um encontro e outro, assim como assegurar uma presença do Foro nos acontecimentos mais importantes em todo o continente.

O Foro teve uma grande repercussão para além da América Latina. Seus encontros contam com observadores de outros continentes e, ainda que com certo atraso, começam a preparar-se reuniões com forças de outros continentes, para aprofundar o debate sobre o estado do mundo hoje e articular iniciativas que permitam apontar para uma nova ordem mundial.

É evidente que a política externa do Partido dos Trabalhadores não se esgota na sua presença e ação no Foro de São Paulo. O PT mantém contatos com partidos e movimentos da Europa, África e Ásia.

Nossas relações internacionais obedecem a três critérios básicos: 1) criar, por meio de uma política de relações bi e multilaterais, condições para alterar as atuais relações de força no plano internacional, profundamente desfavoráveis às forças progressistas e aos trabalhadores em geral; 2) ampliar nossa percepção do contexto internacional e 3) definir uma nova política externa para o Brasil que permita agora e, sobretudo no futuro, uma inserção

soberana do país no mundo e que contribua para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

O Brasil, como grande parte dos países do continente, além dos constrangimentos que lhe são impostos pelo FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e pelos grandes grupos econômicos e financeiros internacionais, vê-se hoje ameaçado pela criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que pode comprometer de forma irreversível nossa produção agrícola e industrial e nossos serviços.

Como país mais atingido pela eventualidade de formação da Alca, o Brasil deve ter capacidade de articular em torno de si uma forte aliança que, mais do que impedir a proposta norte-americana, seja capaz de oferecer uma alternativa de integração que vá além da formação de zonas de livre-comércio. Trata-se de articular políticas industriais e agrícolas, fortalecer nossas bases educacionais, de ciência e tecnologia, homogeneizar políticas econômicas de desenvolvimento, garantir direitos sociais, fortalecer e aprofundar a democracia e promover a integração cultural.

O balanço dos dez últimos anos de política externa do PT convida a novas reflexões sobre como deve ser nossa postura no mundo de hoje. Há velhos desafios que não foram suficientemente enfrentados e novos que se colocam à nossa frente. Um deles - e que nem sempre é percebido com suficiente clareza pelos petistas - é o de compreender que a política externa de um partido (como de um país) é um componente essencial da política nacional.

**Marco Aurélio Garcia**, é membro da Comissão Executiva Nacional do PT. Desde 1990 ocupa a Secretaria de Relações Internacionais do partido, cargo de deverá deixar em março de 2001, como consequência de sua nomeação como Secretário Municipal de Cultura de São Paulo no governo Marta Suplicy.

# O que desfizemos?

Em seu número 8, de outubro de 1989, Teoria e Debate - na época editada pelo Diretório Regional do PT-SP - circulou com uma "chamada" hoje tímida, mas que na época causou polêmica até mesmo entre os integrantes do Conselho de Redação da revista: "Socialismo Real - O que desfazer?". Com este título, a revista abria - ainda antes da queda do Muro de Berlim - um debate que se prolongaria de forma intensa por vários números sobre a crise do socialismo real e sobre o socialismo petista.

É bem verdade que desde o seu nascimento o PT sempre procurou demarcar sua concepção de socialismo tanto da social-democracia quanto do chamado socialismo real. No famoso discurso pronunciado na primeira convenção oficial do partido, realizada em Brasília em 1981, Lula já afirmava que: "não nos convém (...) adotar a idéia de socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo". Definições fundamentais, mas bastante genéricas. Sabíamos mais ou menos o que não queríamos. E ponto.

Apesar destas definições, o desmoronamento do campo do socialismo real, que tem seu marco na queda do Muro de Berlim, desabou sobre a cabeça de todos os socialistas do mundo, mesmo daqueles que tinham

uma visão crítica com relação ao sistema de Estado/partido único, pois, afinal de contas, socialismo vinha há décadas sendo identificado com o sistema existente na URSS e com a concepção da ditadura do proletariado. E é bom lembrar, a bem da história, que nem todos no PT eram tão críticos assim. Não por acaso, no exato momento em que caía o Muro havia uma delegação de petistas em Berlim Oriental fazendo um curso de "formação política".

Para o PT, naquele momento, tratava-se, com base naquelas definições iniciais, de aprofundar nossa concepção de socialismo. O debate aberto inicialmente nas páginas de Teoria e Debate teve outro grande marco no VII Encontro Nacional, realizado em São Paulo, em maio/junho de 1990, onde se aprova a resolução sobre o socialismo petista. Nela se afirma que "a democracia tem para o PT um valor estratégico. Para nós ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. (...) Este compromisso de raiz com a democracia nos fez igualmente anticapitalistas."

Um terceiro marco fundamental foi o I Congresso partidário, realizado em 1991. Em um momento em que as forças socialistas em todo o mundo estavam acuadas, em que era quase absoluto o neoliberalismo e em que se chegou a falar "no fim da história", o PT finalizou seu ajuste de contas com o socialismo real, reafirmou e desenvolveu sua concepção de socialismo democrático. No meio de grandes embates teóricos e políticos, com momentos de muita tensão no plenário, o Congresso

resolve que: "Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa a não ser ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores".

No II Congresso do PT, realizado em 1999 em Belo Horizonte, por consenso se reafirmaram as resoluções sobre socialismo aprovadas no VII Encontro Nacional e no I Congresso. Na década de 90, o PT resistiu ao pensamento único, o PT avançou em suas concepções socialistas e democráticas.

Passados mais de dez anos, a reunião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre representa um novo marco. Relativizou-se bastante a hegemonia do neoliberalismo. Novos atores entraram em cena no plano internacional dizendo que é possível um mundo melhor. Davos se assustou e teve que ouvir. O PT estava presente ao lado de muitos outros. Sem hegemonismos, mas com consciência do papel internacional que desempenha. Um outro mundo é possível. Uma outra concepção de socialismo vem se gestando. Ainda que tenhamos muito a desenvolver, alguma contribuição teórica e prática demos a esse processo. O novo milênio começa bem!

**Ricardo Azevedo**, diretor da Fundação Perseu Abramo.

**“O PT completa 21 anos como partido de luta, profundamente ligado aos movimentos sociais e ao mais combativo movimento sindical. E também como partido de governo, dirigindo muitas das principais cidades do país e três Estados politicamente importantes. Este é um momento decisivo na vida partidária, pois, de uma parte, existe a possibilidade da criação de um senso comum puramente dirigente de frações do Estado, conformando-se com os limites do possível dentro da grande desordem neoliberal atual. De outra parte, existe o risco de não compreender que a capacidade de governar e mudar para melhor, mesmo dentro da ordem, é uma tarefa irrenunciável para qualquer partido, no interior de uma democracia política, ainda que restrita, pois terrivelmente subordinada à força do poder econômico. Compreender esta rica tradição e trabalhar sobre ela de maneira madura e consciente é precisamente o nosso desafio mais agudo no próximo período, para que não nos tornemos apenas um partido “melhorista”, conformado com as humilhações e a opressão que sofre a ampla maioria do nosso povo. Para que possamos ser o partido das grandes mudanças sociais no país e de enfrentamento à barbárie neoliberal.”**

**Tarso Genro**, prefeito de Porto Alegre (RS)

RIO GRANDE DO SUL (OLÍVIO DUTRA).

O TENENTE-CORONEL HUGO CHÁVEZ VENCE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA VENEZUELA, CONQUISTANDO 57% DOS VOTOS COM UM PROGRAMA NACIONALISTA E DE OPOSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO.

O DESEMPREGO ATINGE 18% NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, O EQUIVALENTE A DOIS MILHÕES DE PESSOAS (OUTUBRO).

AUGUSTO PINOCHET É DETIDO EM LONDRES, A PEDIDO DA JUSTIÇA ESPANHOLA, QUE PRETENDE PROCESSAR O EX-DITADOR CHILENO PELO ASSASSINATO DE CIDADÃOS ESPANHÓIS (OUTUBRO).

FHC VENCE NO PRIMEIRO TURNO AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, COM 53% DOS VOTOS VÁLIDOS, MAS REFERENDADO POR APENAS UM TERÇO DO ELEITORADO BRASILEIRO (35,9 MILHÕES DE ELEITORES, NUM TOTAL DE 106 MILHÕES). A SOMA DE ABSTENÇÕES, VOTOS NULOS E EM BRANCO ALCANÇA 22,8 MILHÕES OU 21,5% DO ELEITORADO. LULA RECEBE 21,4 MILHÕES DE VOTOS OU 31,7% DOS VOTOS VÁLIDOS (4/10).

O GOVERNO DA COLÔMBIA CELEBRA ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO GUERRILHEIRA FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS (FARC), QUE PASSA A ADMINISTRAR UMA "ZONA DESMILITARIZADA" DE 42 MIL KM<sup>2</sup> (NOVEMBRO).

FHC CLASSIFICA DE "INACEITÁVELS" E DE "FALTA DE RESPEITO" AS INSINUAÇÕES DE QUE ELE PODERIA TER UMA CONTA BANCÁRIA NO PARAÍSO FISCAL DAS ILHAS CAYMAN, EM CONJUNTO COM MÁRIO COVAS, JOSÉ SERRA E O FALECIDO SÉRGIO MOTTA (12/11).

O ESCÂNDALO DA PRIVATIZAÇÃO DA TELEBRÁS PROVOCA A QUESA DO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS, E DO PRESIDENTE DO BNDES, ANDRÉ LARA RESENDE, SUSPEITOS DE FAVORABILIDADE A UM DOS CANDIDATOS (23/11). O CASO ENVOLVE TAMBÉM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

MORRE EM ACIDENTE DE CARRO, NA VIA ANCHIETA, O JORNALISTA JUBIO DE GRAMMONT (NOVEMBRO).

1999

O REAL É DESVALORIZADO.

O CURDO ABDULLA OZALAN, LÍDER DO PKK, É SEQUESTRADO POR UM COMANDO TURCO EM NAIROBI, NO QUÊNIA, E TRANSPORTADO PARA A ILHA DE MARMARA (18/2).

O VICE-PRESIDENTE DO PARAGUAI, LUIS ANTONI, É ASSASSINADO (28/3), DESENCADENANDO UMA ONDA DE PROTESTOS NO PAÍS, COMBATES DE RUA, A DEPOSIÇÃO DO PRESIDENTE CURRO CHAU (28/3) E A FUGA DO

GENERAL LIND QVIEDO, TIDOS COMO MANDANTES DO CRIME.

A OTAN BOMBARDEIA A IUGOSLÁVIA (24/3).

COMEÇA A GREVE NA UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DO MÉXICO-UNAM (20/4).

EM BRASÍLIA, "ATO DOS 100 MIL" CONTRA FHC MARCA A RETOMADA DO MOVIMENTO SOCIAL CONTRA AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E INEBUNDE NOVO ANIMO NA MILITÂNCIA (26/8).

MORREM, NO ESPÍRITO SANTO, EM ACIDENTE DE CARRO O DIRIGENTE PETISTA OTAVIANO DE CARVALHO E BETH LIMA, ABOGADA DE IMPRENSA DE LULA (JUNHO).

EM PLEBISCITO, POPULAÇÃO DO TIMOR LESTE OPTA PELA INDEPENDÊNCIA (AGOSTO).

CERCA DE 20 MIL FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS SAEM ÀS RUAS, EM SÃO PAULO, PARA PROTESTAR CONTRA O PROJETO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL APRESENTADO PELO GOVERNADOR MÁRIO COVAS, QUE INSISTE EM AUMENTAR ALÍQUOTAS E PRETENDE CORTAR AS DE APENADOSOS E PENSIONISTAS.

EM DEZEMBRO, EM SEATTLE (EUA), MILHARES DE MANIFESTANTES VIBRAM DE TODAS AS PARTES DO MUNDO PROTESTAM CONTRA A RENOVAÇÃO DO MILÊNIO DA OMC, LEVANDO A REUNIÃO DE CÚPULA AO FRACASSO.

21 ANOS

# Mulheres no PT: renovar os desafios

1991 foi um marco na história da luta das mulheres no PT. Quando um plenário de mais de mil delegados aprovou por maioria que, daí para frente, o partido passaria a ter uma cota mínima de 30% de mulheres em todas as suas instâncias de direção, diminuiu o lapso entre a igualdade que se prega e o que se aplica na prática partidária entre homens e mulheres.

Parte dos delegados, com certeza, se surpreendeu com a presença e a organização das mulheres durante o Congresso. A cada dia um novo boletim com artigos e opiniões sobre a proposta. Uma mobilização permanente para buscar as assinaturas de apoio dos delegados. Em vários momentos, atividades, argumentos, discussões para convencer individualmente os delegados e delegadas da necessidade e da justiça da proposta.

Um momento inusitado: desta vez, o encontro nacional do partido colocava como um ponto central de sua pauta uma proposta trazida pelas mulheres. Afinal de contas, a medida interferia nos critérios de eleição das direções partidárias. E incomodava também porque denunciava, por meio de uma proposição ousada, uma discriminação que parecia não se querer perceber.

Entre 1980, quando foi criado o PT, e o I Congresso realizado em 1991 (isto é, da Comissão Nacional Provisória aos cinco primeiros Diretórios Nacionais eleitos) a direção nacional do partido foi composta com uma proporção masculina entre 91,3% e 100%. Mesmo assim, havia - e ainda há - quem considerasse que os critérios para o acesso à direção se fundam exclusivamente na competência, na capacidade, na experiência política; como se a interpretação destes critérios não tivesse nada a ver com o fato de ser homem ou mulher, com o que se identifica como gênero.

Em diversos países já se discutiam medidas semelhantes diante do quadro de exclusão das mulheres dos espaços de direção política. O PT esteve à frente desta discussão no Brasil, tanto na organização partidária quanto na apresentação da proposta também para candidaturas ao parlamento, votada no Congresso Nacional alguns anos depois.

Quando o PT se formou, para uma parcela grande de militantes feministas engajadas na construção do partido se apresentavam novos desafios: fazer com que a proposta que se formava se identificasse com uma postura não discriminatória; construir o programa partidário e seu projeto para a sociedade comprometidos com a igualdade real, e não



apenas formal, entre homens e mulheres; lutar para que o partido fosse capaz de defender com a mesma garra os direitos das mulheres e os direitos do conjunto dos trabalhadores, que não repetisse um equívoco tradicional na história da esquerda de deixar para um futuro incerto - nunca chegado - a resolução automática das opressões de sexo e raça.

Estes desafios se mantêm vivos e se atualizam nas novas responsabilidades que o partido vai assumindo. Garantir uma visão de mundo em que relações de gênero e raça não se fundamentem em opressão, em que a "politização do privado" possibilite romper com um mecanismo importante de desigualdade entre homens e mulheres. A proposta de ação afirmativa, na qual a política de cotas se destacou, foi um ponto importante para passar do "feminismo nos dias de festa", como o socialismo para a velha social-democracia européia e para alguns modernos de hoje, para medidas práticas que, pelo menos no âmbito interno do partido, possibilitem atacar os aspectos mais evidentes da exclusão das mulheres.

Dez anos depois, a cota de mulheres nas direções partidárias está longe de ter produzido o efeito milagroso

de construir a igualdade real entre homens e mulheres no interior do PT. Nem seria possível que isto acontecesse ao largo do abismo de desigualdades e discriminações que permanecem na sociedade. Também não devem ser desprezadas novas dificuldades criadas para a aplicação do mecanismo de cota mínima de 30%, como a manutenção das mulheres em funções de menor responsabilidade e/ou visibilidade nas direções e o próprio esvaziamento dessas direções formais como espaços reais de decisão da política partidária. Mas a existência da cota produziu sim efeitos reais ao abrir espaço para o surgimento de várias mulheres como quadros políticos, algumas que já se incorporaram inclusive à "naturalidade" da formação das direções do PT.

Reafirmar o compromisso do PT com a conquista da igualdade entre homens e mulheres passa pela manutenção dos 30% e muito mais. É por esse "muito mais" que vale a pena continuar lutando.

**Tatau Godinho**, membro do coletivo da Secretaria Nacional de Mulheres do PT e coordenadora especial da mulher da prefeitura de São Paulo.



**“Nossa maioria vem sendo construída na prática e nas lutas do dia-a-dia da classe trabalhadora. Ao atingir os seus 21 anos de idade, o nosso partido vai provando que é possível construir um Brasil mais justo, moderno, com ética e dignidade para todos. Feliz aniversário para todos nós.”**

**Jair Meneguelli**, deputado federal PT-SP, presidiu a CUT da sua fundação, em 1983, até agosto de 1994

# 21 anos de ética na política

**“Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.”**

(Immanuel Kant)

Uma das mais bem-sucedidas interpretações da diferença de princípios que regem o comportamento do cidadão comum e do político foi estabelecida por Max Weber, em *Economia e Sociedade* (1922). Na obra, o sociólogo alemão sistematizou os conceitos de ética da convicção e ética da responsabilidade ou ética individual e ética de grupo. Diferente do que interpretam (e praticam) políticos contemporâneos, como Fernando Henrique Cardoso (FHC), a síntese weberiana não implica reduzir o comportamento político à outra máxima, a de Maquiavel: "... e nas ações de todos os homens, e máxime dos príncipes, quando não há indicação à qual apelar, se olha ao fim. Faça, pois, o príncipe por vencer e defender o Estado: os meios serão sempre considerados honrosos e por todos louvados".

Grupos, como os partidos políticos, não podem prescindir de princípios de conduta, como a justiça, a igualdade, a honestidade, a transparência e a participação popular. Sem esses ingredientes, a política transforma-se na farsa do alvo, o bem-estar social, que só poderá ser alcançado após interminável crescimento econômico quando, então, o bolo será dividido (fórmula repetida pelos expoentes do Fórum Econômico Mundial, em Davos, este ano). A farsa comporta, então, brechas para ações que permitem a locupletação permanente dos que detêm o poder. O político não pode se desfazer de sua "responsabilidade" na conduta pessoal (ou moral) enquanto busca o bem-estar da coletividade.

No Partido dos Trabalhadores, sempre disposto a discutir e rever suas propostas, alguns princípios são inarredáveis. Entre eles, o da preservação da ética na política. A fixação em manter seus quadros e dirigentes em um estreito padrão de conduta levou o partido a defecções (dispensou a participação de políticos de má conduta, mesmo que expressivos eleitoralmente), a rejeições (evitou em seu meio aqueles

que não se norteiam pelo princípio da ética) e a suspeições (o PT nunca se esquivou à auto-investigação).

O rigor com o princípio da ética parece nunca ser exagerado. Sua flexibilização, como pregou FHC quando interpretou Weber, corrói as entranhas da instituição e dilacera a credibilidade que um partido detém na sociedade. Assim pregou Rui Barbosa, em *Ruínas de um governo*: "Todas as crises, portanto, que pelo Brasil estão passando, e que dia a dia sentimos crescer aceleradamente, a crise política, a crise econômica, a crise financeira, não vêm a ser mais do que sintomas, exteriorizações parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise: a crise moral".

A citação sobre a denúncia contra o presidente da República, inscrita por Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Lavenère, serviu para retirar do trono um dos expoentes da criminalidade na política brasileira, Fernando Collor de Melo. O episódio, de 1992, ilustra a disposição partidária em perseguir a ética na política.

No momento em que as principais forças políticas apressaram-se em pedir cautela, o PT exigiu esclarecimentos desde o início das primeiras denúncias - como a entrevista do irmão do presidente, Pedro Collor de Melo, apresentando o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nos trabalhos da CPI que investigou as denúncias contra Paulo César Farias, tesoureiro de campanha do então presidente, as iniciativas de boa parte dos partidos eram a de formar escudo contra as acusações que atingissem o Palácio do Planalto ou simplesmente evitar que a fermentação do episódio levasse a rumos que desestabilizassem a governabilidade. Na verdade, era justamente a inexistência de qualquer forma de ética do mandatário do país naquele momento que provocava instabilidade.

Destituir o governante mais poderoso do país resultou da junção de circunstâncias que conduziram a um dos mais importantes momentos históricos da política brasileira vivido por toda a nação. É possível, porém, elencar fatores decisivos, como a participação independente da imprensa brasileira, sem os quais, a trajetória que culminou no impeachment de Collor poderia ter sido alterada.

No rol dos aspectos fundamentais está também o trabalho do PT na CPI do Congresso Nacional. Seus integrantes, aliados ao conjunto do partido, evitaram as tentativas de desmoralizar a comissão e de desmobilizar a opinião pública. Os parlamentares do PT transformaram-se na vanguarda do processo de investigação. A vigilância evitou que manobras diversionistas ocultassem o objetivo principal das investigações: a relação criminosa entre o presidente da República e seu tesoureiro de campanha. Além disso, colaborou permanentemente com o trabalho da imprensa. Não é exagero afirmar que, sem a cobertura de jornalistas independentes e o PT, o destino de Collor não seria o do impeachment.

Em 21 anos de existência, o PT nunca deixou de crescer. Mas sempre condicionou sua atuação política (alianças, candidaturas, administrações) à ética.

A ética da responsabilidade, na sistematização de Weber. No pleito de 2000, entre outros fatores, pesou em uma das maiores conquistas eleitorais do partido a consciência do eleitor de que, por mais que sobejem casos de corrupção na administração pública, os quadros petistas raramente são envolvidos. E, nos raros casos, a atitude de seus dirigentes nunca é complacente com os denunciados, embora se lhes garanta o direito amplo de defesa.

Neste momento de maturidade, de conquista de espaços estratégicos da administração pública e com a perspectiva do poder central se avizinando, o PT deve insistir que é preciso desprivatizar o Estado, ainda sob o domínio de políticos que não distinguem o interesse pessoal do coletivo. A corrupção sistêmica instalada no país não prejudica somente a economia: também enfraquece e desmoraliza as instituições democráticas e corrói o tecido social. A ética na política é um princípio essencial de qualquer regime que se pretenda efetivamente democrático, e não um acessório. Tem que estar, portanto, acima de indivíduos, interesses particulares e circunstâncias. A responsabilidade com a ética é um dos mais importantes patrimônios do Partido dos Trabalhadores.

**Aloizio Mercadante** (SP), foi membro da CPI do Collor, é economista e professor licenciado da PUC e Unicamp, deputado federal e líder do PT na Câmara.

TROPAS RUSSAS INVADEM A CHECHÊNIA, DANDO INÍCIO A UMA GUERRA DE ANIQUILAMENTO CONTRA OS SEPARATISTAS.

ASSASSINADA EM MUNDO NOVO (MS) A PREFEITA PETISTA DORCELINA FOLADOR (30/10).

II CONGRESSO NACIONAL DO PT, REALIZADO EM BELO HORIZONTE - MG (24 a 28/11).

2000

INSURREIÇÃO POPULAR NO EQUADOR DERRUBA O GOVERNO MAUD (21/11).

PINOCHET É FINALMENTE

LIBERTADO PELO GOVERNO INGLÊS, QUE ALEGA "RAZÕES HUMANITÁRIAS" PARA O GESTO (MARÇO).

NA BAHIA, MANIFESTAÇÃO POPULAR ORGANIZADA PELO MOVIMENTO "BRASIL, OUTROS 500", EM PROTESTO CONTRA AS COMEMORAÇÕES OFICIAIS, É REPRIMIDA COM TRUCULÊNCIA PELA POLÍCIA MILITAR EM PORTO SEGURO (BA) E ADJACÊNCIAS (22/4).

O EXÉRCITO ISRAELENSE RETIRA-SE AS PRESSAS DO SUL DO LÍBANO, APÓS 22 ANOS DE OCUPAÇÃO, E A REGIÃO PASSA A SER CONTROLADA PELOS EFETIVOS DO HEZBOLLAH (MAIO).

TROPAS DA POLÍCIA MILITAR RECEBEM ORDENS DO GOVERNADOR MÁRIO

COVAS PARA BLOQUEAR PASSEATA NA AVENIDA PAULISTA E REPRIMEM COM VIOLÊNCIA FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES EM GREVE. É A "BATALHA DA PAULISTA" (18/5).

NOVA MANIFESTAÇÃO CONTRA O ARROCHO SALARIAL E EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS REÚNE 50 MIL FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES EM FRENTE AO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, EM SÃO PAULO (25/5).

GREVE GERAL NA ARGENTINA CONTRA AS MEDIDAS ECONÔMICAS ADOPTADAS PELO PRESIDENTE FERNANDO DE LA RUA (9/6).

TERMINA A GREVE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

(USP, UNESP E UNICAMP), QUE CONSEGUE CONQUISTAS ECONÔMICAS E POLÍTICAS. A GREVE DUROU 50 DIAS E UNIFICOU PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES (19/6).

MORRE, EM SÃO PAULO, O JORNALISTA ALOYSIO BIONDI (21/7).

GOVERNO DO EQUADOR DOLARIZA A ECONOMIA, PROVOCANDO NOVOS PROTESTOS POPULARES (SETEMBRO).

SUCESSO DO PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA, ORGANIZADO POR DIVERSAS ENTIDADES E PARTIDOS, ENTRE OS QUAIS A CNBB E O PT. FORAM APURADOS 6,1 MILHÕES DE VOTOS NO PLEBISCITO, O QUE REPRESENTA 5% DO ELEITORADO

REGISTRADO PELO TSE. MAIS DE 90% DOS VOTANTES DISSERAM "NÃO" AO ATUAL ACORDO COM O FMI (4-6/9).

NA BOLÍVIA, GREVE GERAL CONTRA O GOVERNO DO GENERAL HUGO BANZER, PROVOCADA PELO AUMENTO DAS TAXAS DE ÁGUA. A REPRESSIONA PROVOKA DEZENAS DE MORTES.

MILHARES DE MANIFESTANTES SAEM AS RUAS EM PRAGA, EM PROTESTO CONTRA O FMI, REUNIDO NA CIDADE (26/9).

PROVOCAÇÃO DO GENERAL ISRAELENSE ARIEL SHARON, QUE VISITA A ESPLANADA DAS MESQUITAS EM JERUSALÉM, PROVOKA ONDA DE INDIGNAÇÃO ENTRE OS PALESTINOS,

GERANDO UMA NOVA "INTIFADA" (28/9).

NA IUGOSLÁVIA, INSURREIÇÃO POPULAR DERRUBA O PRESIDENTE SLOBODAN MILOSEVIC, DERROTADO NAS ELEIÇÕES (5/10).

NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE OUTUBRO, O PT IMPÕE UMA DURA DERROTA A FHC E AO BLOCO CONSERVADOR, ELEGGENDO 187 PREFEITOS - 17 DAS 62 MAIORES CIDADES BRASILEIRAS - ENTRE AS QUAIS SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, BELÉM, RECIFE, ARACAJU, GOIÂNIA, GUARULHOS E CAMPINAS.

REFUGIADO EM TÓQUIO, ALBERTO FUJIMORI ANUNCIA A RENÚNCIA A SEU TERCEIRO MANDATO DE

21 ANOS

## Lutas e conquistas populares

O PT vai comemorar seus 21 anos no dia 10 de fevereiro e vai continuar a fazê-lo durante todo o ano, com muitas festas, shows, lançamentos de livros e CDs, mas, principalmente, articulando a mobilização de seus militantes nos movimentos sociais, em todo o país, para o enfrentamento de problemas como o desemprego, concentração da propriedade e da renda e a exclusão social, econômica, cultural e política decorrentes do projeto neoliberal aplicado pelo governo FHC.

Impulsionar e organizar as lutas populares são compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores - que tem suas raízes e sua origem exatamente nas mobilizações contra as diferentes formas de opressão, exploração, marginalização e exclusão, em uma busca constante para incorporar a história da resistência indígena, negra e popular.

Um momento marcante da trajetória de compromisso do PT com os movimentos populares foi a participação do partido e de seus militantes na construção da Central de Movimentos Populares (CMP). O mesmo impulso que originou a fundação do PT e da CUT, no início dos anos 80, deu origem também à Anampos (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), embrião da CMP, fundada em outubro de 1993, no Congresso de Belo Horizonte. A partir daí, a CMP vem se constituindo como a referência nacional dos movimentos populares, articulando suas reivindicações numa perspectiva geral de luta contra o neoliberalismo. A conjuntura que enfrentamos e o momento histórico que estamos vivendo requerem do partido e da sua militância a reafirmação dos laços de compromisso e de sua relação histórica com os movimentos populares.

Nossa visão estratégica, de disputa de hegemonia na sociedade, requer uma relação privilegiada com os setores excluídos que, em geral, se organizam por meio dos movimentos populares, ou pelo menos têm nestes uma referência política aglutinadora.

A articulação das lutas e a sua politização, para um enfrentamento global em todos os níveis, passa pela formação de lideranças, em níveis nacional e estadual, para que sejam porta-vozes das lutas específicas, aglutinadas em torno de eixos políticos claros, capazes de formular um

discurso ideológico e político. Para tanto, é preciso que o PT tenha iniciativas fortes de formação política de base e de quadros, a partir das demandas e das potencialidades populares.

Ao mesmo tempo que constrói e disputa as entidades dos movimentos populares, é fundamental que o PT continue priorizando a construção e o fortalecimento da Central de Movimentos Populares, como um instrumento de aglutinação e unificação das lutas sociais.

Devemos aprofundar também nossa discussão em relação à atuação que os militantes desenvolvem nas instâncias de participação popular municipais e estaduais. Nunca antes o PT teve tanta representatividade institucional como agora. Os movimentos populares foram protagonistas importantes dessas vitórias. Foi o acúmulo de mais de vinte anos de luta e resistência popular que nos deu o impulso necessário para superar a extraordinária força dos nossos inimigos de classe. A ocupação dos espaços institucionais só deve interessar ao PT como expressão política de sua natureza popular e de seu caráter progressista - de quem luta pelo socialismo. Caso contrário, o PT pode se tornar mero apêndice da estratégia neoliberal, em que certo matiz de esquerda ajuda a colorir um cenário político aparentemente plural e formalmente democrático.

Ora, essa identidade genuína do PT só será assegurada se a sua relação com os movimentos populares for a de parceiros que, distintos, complementam-se, sem que um queira absorver, excluir ou tutelar o outro. Assim, os dois estão semeando as bases da futura e verdadeira democracia.

O próprio exercício da participação popular e da luta política deixará clara a contradição entre as necessidades populares, que são imensas, e os limites das possibilidades estruturais, financeiras e políticas de nossos governos. Perceber tal contradição deve servir para avançarmos na consolidação de uma hegemonia popular na defesa não apenas de um governo, mas de um projeto, de um sonho, de uma (mesmo que pequena) vitória mundial contra a opressão capitalista.

**Sonia Hypólito**, secretária nacional de Movimentos Populares do PT.

## O plebiscito sobre o sistema de governo

O Artigo 2º das Disposições Transitórias, da Constituição de 1988, estabelecia: "No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País". Em 1993, Lula liderava as pesquisas, o que certamente contribuiu para que setores dominantes buscassem meios de esvaziar uma vitória das esquerdas. O parlamentarismo com seus ares "democráticos" servia a esta manobra. Por vontade dos parlamentaristas, o plebiscito foi antecipado para 21 de abril.

As classes dominantes, no entanto, não estavam agindo como um bloco. Na revisão constitucional de 1993 não se colocaram de acordo sobre as reformas neoliberais. Por isso, essa tentativa fracassou. A demolição da Constituição só seria retomada depois da união sagrada do centro com a direita em torno de FHC. Também no item sistema de governo não havia unidade. O tucanato era unânime em seu parlamentarismo esperto, mas ACM e Marco Maciel ficaram do outro lado.

A maior curiosidade corria por conta do PT, que jogava contra suas próprias redes. A grande maioria da direção nacional de declarava parlamentarista, embora saltasse às vistas que o parlamentarismo era uma manobra destinada a esvaziar uma vitória do PT. Outros petistas, mais extravagantes, proclamaram-se monarquistas.

Felizmente, no I Congresso do PT, realizado em 1991, aprovou-se a realização de um plebiscito interno para estabelecer a posição do partido sobre a questão. Nossos parlamentaristas costumam questionar as motivações da maioria da base que votou presidencialismo. Seríamos primários, nada entendíamos de democracia. Mas esta é uma outra questão. O certo é que o plebiscito interno demorou, aconteceu às vésperas do plebiscito nacional, o que não deixou de nos paralisar.

Por 55% a 24,7% o presidencialismo ganhou folgado, apesar dos esforços em contrário de certa imprensa. As matérias de página inteira da Folha de S. Paulo, de 24 de abril de 1993, por exemplo, não deixam dúvidas sobre os engajamentos do jornal: "Parlamentarismo vence em cidades do interior de São Paulo", "40% dos eleitores não opinam no plebiscito".

Isso em um dia em que a apuração mostrava uma vitória ampla do presidencialismo, o que não mereceu o mesmo destaque.

O debate foi pobre. O presidencialismo era representado por suas caricaturas ditatoriais da América Latina. O parlamentarismo mistificado era apresentado como panacéia para todos os males. No debate interno do PT, os presidencialistas eram suspeitos de sonhar com uma espécie de golpe revolucionário que seria impulsionado pela vitória de Lula.

Não se tomava em consideração o discurso dos presidencialistas que recusavam o parlamentarismo apenas por considerar que o outro sistema é mais democrático. Como o parlamentarismo era considerado mais democrático pela graça de Deus, os presidencialistas foram obrigados a lembrar que alguns dos ditadores mais célebres do século - Hitler e Mussolini, na vanguarda - chegaram ao poder em regimes parlamentaristas. Isto para não falar que nosso império escravista, falecido em 1889, era parlamentarista e que este sistema voltou em 1961, por meio de um golpe dos militares que queriam impedir a posse legítima de Jango, e que este sistema seria derrotado no plebiscito de 1963.

Avançando no terreno da magia, o parlamentarismo era apresentado como o sistema vigente em quase todos os países desenvolvidos. Seus defensores buscavam estabelecer uma correspondência mecânica entre o sistema de governo e o grau de bem-estar social alcançado por um determinado país. Esta mistificação tinha lá suas limitações. Requeria esquecer que países como a Índia e Bangladesh são também parlamentaristas e que nem por isso figuram na vanguarda do bem-estar social.

Outra inversão frequente até entre os que declaravam voto presidencialista é que o país, dada a excelência do parlamentarismo, ainda não estava preparado para usufruir de suas virtudes. Besteiro. Em verdade o parlamentarismo é o sistema de governo que corresponde à transição do feudalismo para o capitalismo, é um pacto entre a nobreza decadente e a burguesia ascendente. Nos Estados Unidos, como não houve Idade Média, criou-se o presidencialismo, mais democrático e com um parlamento mais forte. Não há no mundo Congresso

mais forte que o norte-americano.

A idéia de que o parlamentarismo fortaleceria o Legislativo é absolutamente falsa. Neste sistema, o Legislativo torna-se um apêndice do gabinete. 89% das leis da Inglaterra são de iniciativa do gabinete e a Câmara dos Comuns, eleita pelo povo, é tão forte que um dia desses, pela segunda vez, aprovou uma lei proibindo a caça à raposa. Na primeira vez este projeto foi derrubado pela Casa dos Lordes, hereditária. A ver se desta vez os Lordes abrirão mão das raposas. Nos Estados Unidos o Congresso é realmente um poder.

Mas o pior serviço que a idéia parlamentarista presta ao Brasil é que ela serve para obscurecer as reformas necessárias para melhorar e democratizar o presidencialismo. Uma tarefa central das forças democráticas hoje é lutar pela eliminação do instituto das Medidas Provisórias, excrescência do parlamentarismo italiano introduzida a força em nossa Constituição presidencialista.

Outras tarefas democráticas existem e elas são igualmente obscurecidas pelos rouxinóis do parlamentarismo. Poucos falam do estabelecimento do princípio elementar de que

em uma democracia a cada cidadão deve corresponder um voto e que nossa "proporcionalidade" assegure uma subrepresentação do eleitorado de São Paulo na Câmara de Deputados e uma super-representação dos Estados do Norte e do Centro-Oeste.

É um erro pensar que o parlamentarismo, rejeitado em plebiscitos, está fora da pauta. Alguns juristas sustentam que o presidencialismo virou causa pétrea da Constituição. Nem por isso a questão está arquivada. Neste momento tramita uma Proposta de Emenda Constitucional, encaixada pelo companheiro Eduardo Jorge, que visa introduzir o parlamentarismo. Temos também uma iniciativa do companheiro Jaques Wagner, no STF, que solicita àquela corte que declare o presidencialismo cláusula pétrea da Constituição. Estas iniciativas em sentidos opostos sugerem que, no quadro do debate sobre reformas políticas, o PT volte à questão do sistema de governo, antes que sejamos divididos novamente por uma manobra de quem fala de democracia mas busca reduzir os espaços da liberdade.

**Athos Pereira**, chefe de gabinete da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

“ 21 anos depois do PT nascer defendendo os trabalhadores, aonde vai o Brasil? Aonde vai o PT? ”

**A nação está ameaçada pela desagregação. Com a Alca, o Plano Colômbia e a dolarização. Em todo lado, direitos e garantias sociais são atacados. Para enfrentar o imperialismo, que ajuda traz o badalado Fórum de Porto Alegre? Resolve o que a proposta do especulador Soros e da ONG Attac de taxar a especulação em "zero-vírgula-algo"? Para as ONGs, amplia recursos para integrar sindicatos e organizações no "ajuste", dissolvendo-as na "sociedade civil".**

**O Banco Mundial não se engana ao apoiar o "orçamento participativo". É um meio para cooptar e dividir organizações na disputa das migalhas do orçamento esmagado pela dívida. 21 anos depois, o PT tem a responsabilidade. Com a derrota de FHC nas eleições, o PT foi, como nunca, levado a governar prefeituras para educação, saúde, moradia e transporte. Mas FHC espera que - por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal - nossos prefeitos apliquem o ajuste que garante a dívida. Constatamos que Sayad, secretário de Marta Suplicy, começou a pagar o acordo Pitta-FHC que esmaga São Paulo. Palocci, prefeito de Ribeirão Preto, declara «não quero reformar a LRF, vou aplicá-la».**

**Não foi este o mandato das urnas, nem foi para isso que se fundou o PT. Milhões esperam outra coisa. Milhares se revoltam, outros se interrogam, inclusive nas prefeituras: aonde vamos parar assim? Seria um desastre para a nação e uma punhalada no PT. 21 anos depois, mais do que nunca é preciso ser fiel ao mandato: sim às reivindicações, não ao pagamento da dívida, não à LRF! O apoio do povo não nos faltará para romper o acordo do FMI, terminar com FHC, e, pela democracia, abrir um futuro para a nação.**

**Markus Sokol**, membro do Diretório Nacional do PT



PRESIDENTE DO PERU (19/11).

COLOCADO À VENDA EM LEILÃO, O BANESPA É COMPRADO PELO BANCO ESPANHOL SANTANDER (20/11).

MORRE O EX-PREFEITO DE SANTOS E DIRIGENTE DO PT, DAVID CAPISTRANO (10/11).

2001

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL REÚNE MILHARES DE PESSOAS EM PORTO ALEGRE, EM VIGOROSO PROTESTO CONTRA O NEOLIBERALISMO (25-30/1º).

EM DAVOS, SUÍÇA, A POLÍCIA BLOQUEIA AS ESTRADAS E REPRIME

MILHARES DE MANIFESTANTES QUE TENTAVAM PROTESTAR CONTRA O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL.

DECRETADA A PRISÃO DOMICILIAR DE AUGUSTO PINOCHET, EM RAZÃO DO PROCESSO, EM ANDAMENTO, QUE INVESTIGA A "CARAVANA DA MORTE", OPERAÇÃO MILITAR ORDENADA PELO ENTÃO DITADOR E QUE RESULTOU NO ASSASSINATO DE MAIS DE 70 OPOSITORES DO REGIME (30/1).

# A evolução da política de alianças

Nos seus 21 anos de existência, o enfoque que o PT conferiu às alianças partidárias e eleitorais passou por sucessivas fases, constituídas de acertos e erros. Nos seus primeiros anos o partido manteve um certo isolacionismo purista, necessário para a sua afirmação e consolidação. Esse processo qualificou a especificidade do PT, sua autonomia e sua identidade político-programática junto à sociedade. Dificilmente o PT seria hoje o que é em termos de expressão e influência se não tivesse buscado afirmar um perfil próprio e autônomo. Em termos institucionais, a atuação da pequena e aguerrida bancada petista na Constituinte conformou o momento simbólico da afirmação da especificidade partidária.

Mas a Constituinte foi um experimento que começou a indicar ao partido a necessidade de alianças políticas e eleitorais. Essa percepção amadureceu também no rastro da nossa desastrosa administração em Fortaleza e da nossa primeira e difícil administração da cidade de São Paulo. Na medida em que o PT, de forma crescente, foi ocupando espaços institucionais, as suas responsabilidades e os imperativos da luta política estabeleceram exigências crescentes de alianças. A nossa experiência na eleição presidencial de 1989 sacramentou a idéia de uma aliança com as outras agremiações de esquerda.

O impeachment de Collor, contudo, criou uma nova situação política no país. A direita política, agregada no PFL e no malufismo, saiu derrotada e desmoralizada. O próprio impeachment só teve um desfecho positivo devido à aliança da esquerda com o centro. As principais lideranças petistas no Congresso tiveram uma atuação decisiva para viabilizar essa aliança. A derrota da direita, a fragmentação do centro em várias legendas, a constituição do governo Itamar com um caráter frentista e a situação de crise econômica do país criaram as condições para que se estabelecesse uma disputa de alternativas e uma busca de alianças para enfrentar o jogo sucessório de 1994.

Julgo que foi nesse momento de transição, sob o governo Itamar, que cometemos os nossos maiores erros. Quanto à realidade do país, não conferimos a devida importância à necessidade de disputar um programa de combate à inflação e de reformas constitucionais e institucionais. E quanto ao jogo político, o PT simplesmente sistematizou sua oposição ao governo Itamar sem estabelecer pontes com setores disputáveis de centro, que estavam no governo. Subsidiariamente, no plebiscito sobre sistema de governo, o PT se afastou dos setores de centro ao optar pelo presidencialismo.

Acredito que o mais correto teria sido o estabelecimento de uma



relação positiva com o governo Itamar, sem, contudo, integrá-lo. Essa relação poderia ter se desenvolvido no Congresso por meio de acordos e alianças em torno de eixos políticos com setores de centro. Se tivéssemos optado pelo

parlamentarismo também teríamos melhores condições de marchar para a constituição daquilo que hoje denominamos de uma aliança de esquerda-centro. Isto é, uma aliança na qual a esquerda aparece na condição de preeminência em relação ao centro. Assim, a alternativa de centro-direita,

capitaneada por FHC, se gestou a partir do isolamento da esquerda e da falta de percepção pelo PT da necessidade de disputar um programa de reforma econômica e constitucional. A posição refratária que tivemos em relação à fracassada revisão constitucional representou uma visualização clara de que não tínhamos um programa de mudanças para o país. Mesmo já no governo Fernando Henrique não damos a devida importância na disputa congressual quanto em torno das reformas. Não fomos capazes de opor ao conjunto de reformas neoliberais uma alternativa consistente que fosse capaz de agregar forças no nosso campo. De qualquer forma, a partir do Plano Real e da candidatura FHC, o PSDB tornou-se o centro racional da articulação da hegemonia de centro-direita.

Consolidada a hegemonia de centro-direita, então o PT, agora corretamente, definiu-se por articular uma oposição de esquerda. Nas eleições municipais de 1996, apesar da nossa boa votação no primeiro turno, colhemos um insucesso no cômputo final. A tática de sobrevivência que adotamos nas eleições gerais de 1998, no essencial, também foi correta. Em que pese a vitória de FHC ainda no primeiro turno, o fato é que a candidatura Lula afirmou uma série de pontos políticos que adquiriram legitimidade na sociedade. Além disso, a nossa bancada

parlamentar se ampliou e conquistamos três governos de Estados. A tática da sobrevivência, porém, nos cobrou um alto preço no Rio de Janeiro. A aliança que a direção nacional forçou em torno de Garotinho não correspondeu às expectativas. Olhando retrospectivamente, precisamos reconhecer que a intervenção na seção do PT carioca e a imposição daquela aliança foi um erro.

A perspectiva para 2002 é a de um quadro de fragmentação da oposição de esquerda e centro-esquerda. Não é de todo improvável que surja também mais de um candidato nos setores que hoje compõem a base governista. Este quadro não necessariamente será desfavorável ao PT. A existência de mais de duas candidaturas competitivas pode garantir um segundo turno entre um candidato da base governista e o candidato do PT. Nestas condições, a aliança se formaria no segundo turno. De qualquer forma, o que importa para o PT, neste momento, é começar a definir um programa que contemple um projeto de nação, uma alternativa econômica viável e que agregue interesses sociais e econômicos amplos. As alianças que devemos buscar neste momento se situam fora do âmbito partidário. Isto é, devemos ampliar a nossa base de sustentação social.

José Genoio, deputado federal PT-SP.

## Meios de comunicação como estratégia de guerra

Nos seus 21 anos de existência, o PT só tem sido maltratado pela grande imprensa brasileira. Como um filho enfeitado de uma grande família senhorial, cresceu levando pancadas de todos os lados. Parece que um partido político de trabalhadores é dose demais para as nossas elites.

Esse padrão negativo de relacionamento delineou-se primeiro no massacre dos trabalhadores rurais pela Polícia Militar durante a greve em Leme, interior de São Paulo, ainda em 1986. A mídia deu ampla guarida à tentativa grosseira da Polícia Militar de atribuir a autoria dos tiros que mataram os bóias-frias a deputados do PT, que ali estavam para se solidarizar com os grevistas. O mesmo conluio com a polícia se repetiria no episódio do seqüestro de Abílio Diniz, em 1989, quando o governador Fleury obrigou os seqüestradores a vestirem camisetas do PT; cinco anos depois, a mídia tentou envolver Lula no assassinio do presidente do sindicato dos condutores de veículos do ABC, Oswaldo Cruz.

Nos três episódios a mídia foi instrumento de acusações altamente infamantes e obviamente falsas contra o PT, às vésperas de uma eleição. O objetivo é claro: quebrar as perspectivas eleitorais do partido ou de Lula. Mais do

que denotar um mero viés ideológico ou um alinhamento político, o que seria natural, a mídia tem servido de força auxiliar de uma estratégia de guerra das elites dominantes, na qual vale tudo para derrotar o PT. A derrota de Lula por Collor em 1989 foi resultado de uma manobra de mídia, que não hesitou em usar os recursos mais pusilânimes, da mentira e da difamação.

Mecanismos mais sutis de desinformação também foram se desenvolvendo com esse mesmo objetivo. Entre eles, ignorar ou não informar substantivamente sobre os programas, propostas e ações do PT ou das administrações por ele controladas. Não trabalhar com a informação é pré-requisito para desinformar e maltratar a imagem do PT. Para poder dizer e repetir que "o PT não tem propostas e só sabe criticar", é preciso antes ignorar as propostas do PT. Não noticiá-las.

Assim se explica a percepção das lideranças do PT de que a mídia se constitui no Brasil em um dos principais bloqueios ao acesso do PT ao poder. E de que as vitórias do PT são conseguidas a despeito da mídia, contra a mídia, quando consegue neutralizar a mídia. A mídia e não os partidos conservadores, tornou-se o adversário a ser vencido. Os

esforços para montar frentes partidárias amplas em torno do PT, às vezes sacrificando em excesso princípios ideológicos, são motivados mais pela necessidade de somar tempo de TV gratuita na campanha eleitoral, para fazer frente ao antagonismo da mídia, do que por uma concepção determinada de governabilidade ou hegemonia do campo popular.

Pelos mesmos motivos, uma das barreiras mais fortes ao projeto político do PT é hoje o do desgaste da imagem de Lula, principal liderança do partido e a que simboliza nossos compromissos com os trabalhadores e os excluídos da sociedade. Foi grande e em parte irreversível o estrago na imagem de Lula após duas décadas de tratamento preconceituoso e desrespeitoso pelos meios de comunicação, de fotos escolhidas cuidadosamente para danificar, de frases retiradas de seus contextos, de injúrias e insinuações caluniosas.

Esse padrão de relacionamento diz muito sobre a natureza da própria mídia no Brasil, sua falta de pluralismo, sua cultura autoritária e promíscua, sua ética de "tirar vantagem", sua tradição de "rabo preso"

com o governo, por meio de favores fiscais, inclusive o grande favor de não pagar os atrasados do INSS, da ordem de centenas de milhões de reais.

Temos uma categoria profissional de jornalistas, trabalhando em condições sub-democráticas e ela mesma vítima de uma cultura autoritária. E controlando-os, um patronato que tem como função histórica fazer a corretagem dos favores do Estado aos grandes grupos econômicos internacionais. Um patronato de mídia não só escravocrata em sua mentalidade, mas também testa-de-ferro de interesses estrangeiros na sua vinculação subordinativa de classe.

Mesmo apanhando o tempo todo, esse enfeitado chamado PT cresceu sem grandes seqüelas e hoje, aos 21 anos, se constituiu em sub-poder, em vários Estados e grandes prefeituras. Por isso e somente por isso, a mídia, viciada no poder, passou a moderar sua hostilidade. Descobriu que existe um "PT light", ou "cor de rosa". Certamente ignora menos o PT, informa um pouco mais. Mas estrategicamente ainda está de prontidão. Para servir de força auxiliar nos grandes e decisivos embates, entres os quais o maior é sempre o de eleição presidencial

Bernardo Kucinski, coordenador de comunicação do Instituto Cidadania e professor titular da ECA-USP.

### 21 ANOS BEM VIVIDOS

“O Partido dos Trabalhadores forjou-se na luta popular, desde quando as leis de exceção ainda vigoravam; não havia liberdade partidária; os sindicatos estavam amordaçados; não se votava para presidente, governador e prefeito de capital ou áreas ditas de segurança nacional. A democracia existia apenas nos sonhos do nosso povo.

Nesses 21 anos, muita coisa mudou e PT teve presença e protagonismo nestas mudanças. Soubemos combinar coerência e capacidade de revigorar nossos compromissos, por meio da riqueza do debate dentro do partido e na sociedade. Ocupamos espaços institucionais e conquistamos parcelas de poder, para colocá-las sob controle da cidadania, mas não saímos das ruas, nem perdemos nossa vinculação com o movimento social.

Hoje, o PT é uma referência ética, solidária e democrática na construção de um país melhor e na luta por um mundo mais justo.

Muita coisa ainda precisa mudar e cada vez mais os brasileiros percebem que o PT é um dos mais importantes sujeitos coletivos capazes de provocar estas mudanças.

Longa vida para o meu partido, o Partido dos Trabalhadores.”

Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul

21 ANOS

# 21 anos de PT e seis anos de FHC

Depois da derrota das "Diretas-Já" e da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, consolidou-se a transição conservadora e conciliadora no Brasil. A chamada Nova República instalou-se sob a presidência de José Sarney, ou seja, a dissidência da Arena, com o nome de PFL, retomava o controle do Estado brasileiro.

O PMDB, partido majoritário no país e principal agente institucional da oposição, venceu as eleições para a Constituinte e tornou-se, sozinho, maioria também no Congresso Nacional, estabelecendo um condomínio com o PFL e José Sarney.

No entanto, durante a Nova República, apesar do Plano Cruzado e da redemocratização do país com a promulgação da Constituição de 1988, o país não se reencontrou com um projeto de desenvolvimento nacional e nem as elites políticas e empresariais conseguiram sair do impasse entre o modelo nacional-desenvolvimentista, consolidado no 2º PND no governo Geisel, e a nova realidade do mundo, onde já predominava a globalização hegemônica pelos Estados Unidos.

Apesar das pressões e articulações dos capitais externos, dos governos dos países desenvolvidos e mesmo dos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, não avançaram no Brasil durante a gestão Sarney as chamadas reformas neoliberais recitadas pelo consenso de Washington.

A disputa eleitoral de 1989 condensou o embate entre as forças políticas populares e de esquerda e a direita, que se apresentou dividida e sem um projeto articulado de poder. O PMDB, com Ulysses Guimarães, pagou o preço do fracasso do Plano

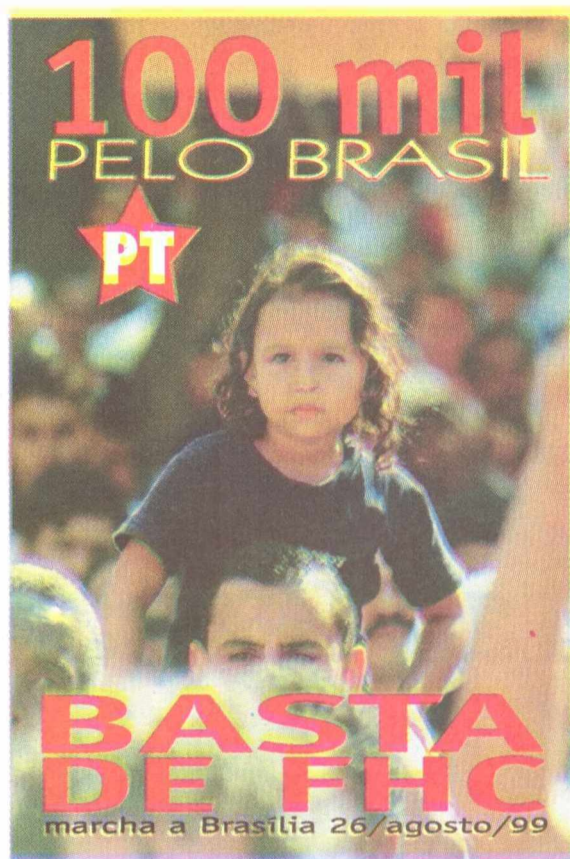
Cruzado e do governo Sarney; Maluf, Aureliano e outros não decolaram e, à esquerda, Lula e Brizola polarizaram os votos do ascendente movimento social e político que pretendia retomar o elo perdido no Colégio Eleitoral de uma alternativa popular e democrática ao regime militar.

Collor surgiu como saída para a elite empresarial e teve o apoio entusiasta do capital externo e dos meios de comunicação. O PSDB não conseguiu ser uma alternativa nem ao PMDB nem à esquerda e ficou isolado no centro. Collor venceu apesar da extraordinária votação de Lula, fruto da unidade das forças políticas de esquerda, populares e progressistas.

O fracasso de Collor e sua cassação adiaram para 1994 a verdadeira disputa política entre a saída neoliberal e um projeto de desenvolvimento nacional, democrático e popular. Para além do Plano Real e do apoio de todo poder econômico e de comunicação a FHC, o que realmente sustentou sua candidatura foi uma ampla aliança empresarial e política, com o PFL como força agregadora e eleitoral decisiva.

Na prática, o PMDB fez campanha para FHC e o Real serviu como âncora para retirar de Lula o apoio de importantes setores das classes média e popular que haviam votado em nós no segundo turno em 1989. A situação internacional favorecia em todos os sentidos a vitória de FHC, garantia para a submissão do Brasil à globalização sob hegemonia norte-americana.

Em 1994 Brizola, vindo de uma derrota eleitoral, e Lula, com o PT aliado ao PSB e PCdoB, consolidam-se como oposição ao governo FHC. O governo retoma, então, a agenda de Collor e, ainda no governo Itamar Franco, radicaliza a abertura comercial, dando início às



privatizações e às chamadas reformas liberais, dentre elas, a da reeleição.

Na prática, apesar das crises mexicana e asiática, do desemprego e do agravamento da situação social no país e das gravíssimas denúncias de corrupção, inclusive na aprovação da emenda da reeleição, FHC e a coalizão conservadora, agora com o apoio do PMDB e do PTB, se apresentam como garantia da continuidade da chamada modernização conservadora, estabilidade e ordem.

No Brasil ainda não estavam maduras as condições sociais e políticas para uma alternativa de esquerda. Inúmeros setores sociais ainda duvidavam de nossa capacidade de governar e de nossos propósitos, de qual realmente era nosso programa para o país e como trataríamos a questão econômica, o Real e a abertura comercial.

O PSDB, já absorvido pela hegemonia conservadora, abre espaço para a candidatura centrista, por dentro do sistema, de Ciro Gomes pelo PPS, mas o restante da direita apóia FHC e a esquerda, agora unida, fica com a candidatura Lula.

Se em 1994, apesar de Lula ficar durante meses com 40% de votos nas pesquisas, era quase impossível vencer, até pela situação interna do partido, em 1998 tínhamos condições de produzir um segundo turno e se não o fizemos foi por erros que cometemos na campanha e pela nossa incapacidade de integrar outros setores sociais para além da esquerda e dos setores populares.

O PT, desde 1995, havia solucionado vários impasses em sua política e se apresentava à sociedade brasileira como um partido que governava, que atuava no parlamento e que fazia alianças. Fomos capazes de mudar nossa imagem sem perder a nossa força social e a nossa identidade de um

partido ético e democrático, ou seja, estávamos credenciados a disputar o governo nacional.

Com um candidato mais do que viável, uma aliança e candidaturas regionais mais do que razoáveis (São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) além de uma situação política favorável dado o desgaste do governo, era previsível a possibilidade de um segundo turno, que ficou quase seguro quando a situação econômica internacional mostrou a fragilidade da política econômica nacional e o desemprego disparou.

Ou seja, faltou na campanha a apresentação de uma alternativa ao modelo econômico e o apelo direto por um novo governo e uma nova maioria no país. Parecia que não acreditávamos que queríamos e podíamos ser governo e que na sociedade uma maioria queria mudar.

Ao contrário de 1994 e 1998, em 2000, nas eleições municipais, o PT se apresentou unido e com um discurso para ser governo, fez alianças, que foram ampliadas no segundo turno, e acreditou que na sociedade havia uma maioria que queria do PT propostas e políticas de governo e uma posição clara e direta sobre temas fundamentais, como democracia, ética, participação popular, políticas de emprego, renda e combate à exclusão.

O PT apoiou-se em sua história e identidade partidária sem deixar de fazer alianças, inclusive com setores do empresariado. Durante o ano de 1999 e mesmo em 2000 fez oposição direta e clara ao governo FHC e mobilizou a sociedade em torno de uma agenda alternativa à propaganda e às ações do governo e da aliança conservadora que o sustenta.

Durante os últimos anos o PT vem construindo, na prática, alternativas ao neoliberalismo e vem, no plano institucional, nos governos e no parlamento, nas lutas sociais e na arena pública, tecendo alianças com os mais diferentes atores sociais e econômicos, para além das alianças políticas e partidárias.

Esta talvez seja a principal lição das eleições passadas: uma eleição não se vence apenas no ano do pleito e na disputa eleitoral. Começa-se a vencer ou perder quando as condições e a correlação de forças, como agora, são equilibradas ou favoráveis a nós. E isso é determinado quando governamos, atuamos no parlamento e mobilizamos a sociedade.

Em 2002 poderemos retomar o elo perdido em 1989 não retomado em 1998. Acredito que se esgotam as possibilidades internas das forças conservadoras e os limites externos são, a cada dia, mais evidentes. O país terá que tomar uma decisão: se quer continuar atrelado ao projeto internacional norte-americano ou se quer buscar caminhos próprios para nosso desenvolvimento nacional.

Com base em nosso crescimento político, social e eleitoral acredito que poderemos reivindicar ao nosso povo um mandato para governar o Brasil.

José Dirceu, presidente nacional do PT e deputado federal.

“Desde a histórica criação em 1980, estou absolutamente convencido que o Partido dos Trabalhadores, o qual tenho orgulho de ter incorporado no meu nome, tem cumprido os compromissos assumidos com sua trajetória e com sua história.

Este partido, forjado na luta do seu povo, na vontade de mudança, de construção de um mundo socialmente mais justo, nasceu da luta dos companheiros metalúrgicos, dos irmãos sem terra, dos bancários, dos professores, dos setores médios da sociedade, dos intelectuais, das forças de esquerda, que não estavam alinhadas com os partidos tradicionais, e de todos os setores da sociedade inconformados com as injustiças e a corrupção.

Enfim, nos permitiu, por meio desta confluência, construir, nestes 21 anos, este grande e democrático partido que é o PT. Hoje somos o principal partido de esquerda da América Latina, modelo para vários países do mundo. Constituímos-nos cada vez mais na principal força política de esquerda no Brasil. Estamos mostrando agora que também somos bons de governo. Estamos credenciados para administrar governos e as prefeituras que conquistamos. E vamos dar um jeito no Brasil, administrando este país a partir de 2003.

Tenho certeza disso!!!”

Zeca do PT, governador do Mato Grosso do Sul



21 ANOS

## Outro Brasil é possível

O PT nasceu junto com a Revolução Sandinista da Nicarágua e com o sindicato Solidariedade da Polônia. A revolução anti-imperialista na América Central e a revolução antiburocrática na Europa do Leste animavam e inspiravam o nosso partido nos seus primeiros anos. Em 1989 nossos sonhos foram adiados. Anos de resistências fragmentadas e empreendidas contra a nova ordem, cujos propagandistas queriam eterna: o mais absoluto poder do mercado.

Mas lá e cá a euforia apologética das privatizações, da desregulamentação das relações de trabalho, da livre circulação dos capitais e dos ganhos especulativos tornou-se estéril.

As pessoas em todo o mundo e em poucos anos tomaram conhecimento e consciência do que se passava. A globalização, subordinada aos interesses do capital, significa um extraordinário retrocesso social, cultural, econômico e moral. Não só a periferia do sistema entrou em colapso. Nos países do centro o desemprego atingiu níveis alarmantes e a geração atual acredita que seus filhos terão uma vida pior.

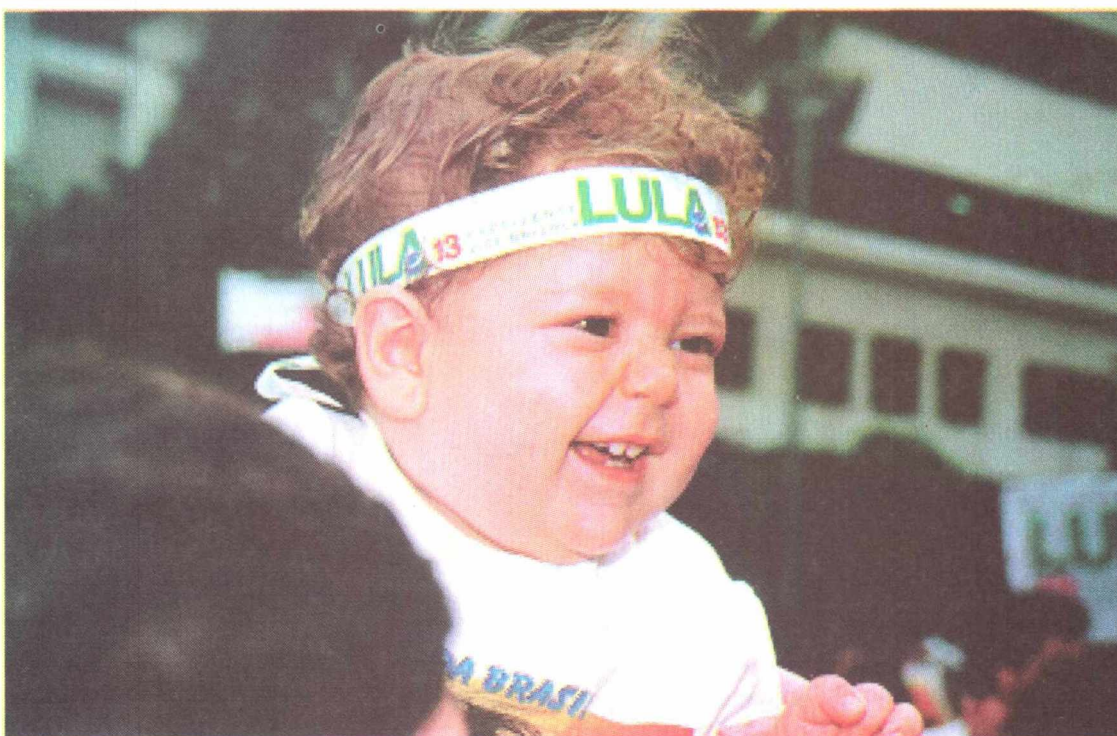
O FMI, a OMC, o Banco Mundial começaram a aparecer aos olhos de milhares como os principais responsáveis por esta globalização. Este sistema é

nefasto e buscamos outro. Grandes manifestações em várias partes do mundo anunciaram que outro mundo é possível. Enquanto os representantes deste mundo encontraram-se em Davos, nós estivemos em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial, de 25 a 30 de janeiro de 2001. Neste novo milênio os desafios do PT são coincidentes com o de todos aqueles e aquelas que acreditam e lutam por outra ordem mundial. Não é possível inserção soberana na globalização capitalista.

Queremos solidariedade entre os povos e uma cidadania planetária. Controle dos capitais especulativos (Taxa Tobin). Anulação da dívida externa dos países do terceiro mundo. Um mundo sem discriminação de gênero, raça ou orientação sexual. Desenvolvimento com sustentabilidade. Democracia participativa. Queremos que cada vez mais a luta e a organização autônoma dos trabalhadores e do povo construam uma perspectiva de emancipação democrática e socialista.

Solidariedades, convergências, propostas e agendas que criam um novo ambiente e atualizam nossos sonhos. Neste sentido, 1989 está mais próximo: outro Brasil é possível.

**Helóisa Helena**, senadora PT- Alagoas, líder do bloco de oposição no Senado.



## Maioridade socialista

O Partido dos Trabalhadores já não é mais criança.

E chega ao fim da adolescência sem ter que se arrepender por nenhuma inconseqüência infantil ou juvenil em sua curta, mas riquíssima, história. Pelo contrário. Sem bazófia, e com profundo sentido de visão estratégica, teve maturidade, nos momentos mais graves da história política dos últimos vinte brasileiros anos, para optar sempre pelo caminho de luta correto.

Compreendeu, ainda saindo do berço, que o fim do período autoritário tinha que ser enfrentado de forma distinta da que propunha a esquerda tradicional. Não havia mais – ao fim da campanha gloriosa, mas derrotada, das Diretas – sentido para a manutenção de uma suposta frente ampla de oposições ao regime moribundo. Suposta, sim, porque naquele momento as forças do obscurantismo de duas décadas apresentavam fissuras evidentes. Não de princípios, é claro, mas resultantes do oportunismo e da capacidade de adaptação

lampedusiana desses setores, diante do novo, que se aproximava célere.

Ministros da ditadura ofendiam brigadeiros. Líderes do Congresso da ditadura posavam como corajosos contestadores da ordem jurídica vigente, e da qual muitos se beneficiaram. A esquerda tradicional embarcou na armadilha. O PT, não. Enfrentou, mesmo isolado, o senso comum, antecipando os perigos embutidos na transição pelo alto que, então, se iniciava.

A resposta veio na campanha de 1989, para a presidência da República, com o conjunto de forças democráticas e progressistas se compondo no palanque de segundo turno que o partido formou em torno do programa de Lula Presidente. Um programa radical, sem sectarismos, e ainda atual, a considerarmos as principais posições defendidas no Fórum de Porto Alegre. E que posto em prática nos teria conduzido a um destino bem distinto do que o Brasil vive hoje.

Mais ainda: a resposta veio na consolidação do PT como único partido de

esquerda, no Ocidente que, longe de descaracterizar-se com o desmantelamento do Leste europeu, do chamado socialismo real, reafirmou-se na identidade com um projeto socialista, de combate ao modelo cruel, hegemônico e se espraiando por todos os continentes – a globalização financeira.

O que se oferece a nós, nessa entrada de maioria partidária? De pronto, a certeza, confirmada pelos últimos resultados eleitorais, de que é com a bandeira vermelha que a sociedade brasileira quer nos acompanhar. Sem tergiversações, pois, onde elas ocorreram, não raro tivemos mais dificuldades. A certeza de que é na radicalidade do apego ao objetivo de sermos agentes da construção de uma

sociedade feliz, porque justa, fraterna, solidária e libertária, que somos sufragados como representantes da maior parte de nosso povo.

Se nos imbuímos dessa responsabilidade, certamente nos transformaremos, em um futuro não distante, em referência não só para o povo brasileiro, mas para todos os progressistas, democratas e internacionalistas do mundo.

Feliz aniversário, PT. Que o vigésimo primeiro aniversário te marque pela consolidação da consciência de representação dos que vivem do esforço do trabalho próprio, contra aqueles que se locupletam na exploração de seu próximo.

**Milton Temer**, deputado federal PT-RJ.

**Como fundador do PT** tenho muito orgulho de pertencer a um partido que é exemplo de defesa da moralidade, é exemplo de compromisso com o povo. Os vereadores, os deputados, os senadores, os prefeitos e governadores do PT são um exemplo, uma referência para o mundo todo de como é possível construir um futuro diferente. Não fazemos mais porque vivemos no capitalismo, mas acabamos de participar de um evento em que o PT teve uma importância grande na sua realização, o Fórum Social Mundial. Lá estávamos debatendo exatamente as experiências realizadas no mundo inteiro, mas especialmente as experiências de participação, de investimento em saúde e educação, de geração de emprego e renda, programas como o Bolsa Escola, formação de cooperativas e tantas experiências riquíssimas, mostrando que é possível governar com o povo a favor do povo. É possível ter um Brasil que seja mais rico do que já é. Mas hoje o Brasil é muito rico e, no entanto, os 10% mais ricos concentram quase 50% da riqueza enquanto os 40% mais pobres não conseguem ganhar os 10% da riqueza nacional, de modo que há muito pouca gente com muito dinheiro e por isso há milhões de pessoas passando fome, desempregadas. Mudar este modelo pressupõe ter um projeto de futuro para apresentar à sociedade e o PT é esse projeto, que é um programa para mudar o Brasil. Efetivamente, nestes 21 anos, nós só temos a festejar, e festejar muito, especialmente porque nas eleições recentes nós tivemos uma grande vitória a nível nacional. Governamos São Paulo, além de Belém, Porto Alegre, Recife, enfim são quase 200 cidades ao todo, além de tantas outras em que nós participamos na condição de vice-prefeitos, de modo que somos efetivamente uma força alternativa de poder. E a possibilidade de governar o Brasil está cada vez mais próxima o que significa que, em breve, educação vai ser prioridade para todo o Brasil, os municípios poderão ser fortalecidos e assim contribuir ainda mais para acabar com a miséria, para garantir emprego para o nosso povo e para desenvolver atividades capazes de construir valores que humanizem a humanidade contra a violência, contra qualquer tipo de preconceito. E é exatamente esse sonho que nos move e que nos faz festejar os 21 anos do PT.

**Edmilson Rodrigues**, prefeito de Belém (PA)



**O PT faz 21 anos como um partido nacionalmente consolidado. Nascido da luta dos trabalhadores da cidade e do campo, da militância da juventude estudantil e da contribuição dos intelectuais de esquerda, o PT se afirmou como um grande instrumento capaz de romper o muro da hegemonia dos partidos tradicionais. O PT simbolizou a afirmação da cidadania política dos trabalhadores. O PT é a expressão mais completa da capacidade organizativa do povo brasileiro.**

**Ao fazer 21 anos, implantado em todo o Brasil, e governando espaços importantes de poder local e grandes governos estaduais, o PT tem tido a oportunidade histórica de mostrar que além de um partido vitorioso na mobilização popular e na organização dos trabalhadores, além de um partido competente no exercício de mandatos parlamentares que se caracterizam pela combatividade, pela solidariedade com o povo, pela fiscalização rigorosa e pela exigência de ética na política, ele também é competente no poder, colocando na prática tudo aquilo que construiu como doutrina, como reflexão sobre a vida política brasileira. É bom para a democracia, é bom para os trabalhadores, é bom para o Brasil, ver o nosso partido fazer 21 anos com tanta maturidade. Amadurecemos sem perder o brilho e a rebeldia da juventude.**

**Marcelo Déda**, prefeito de Aracaju (SE)

# História de luta e da militância negra

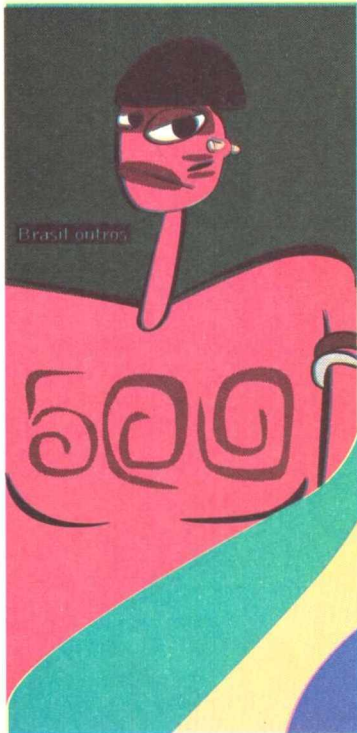
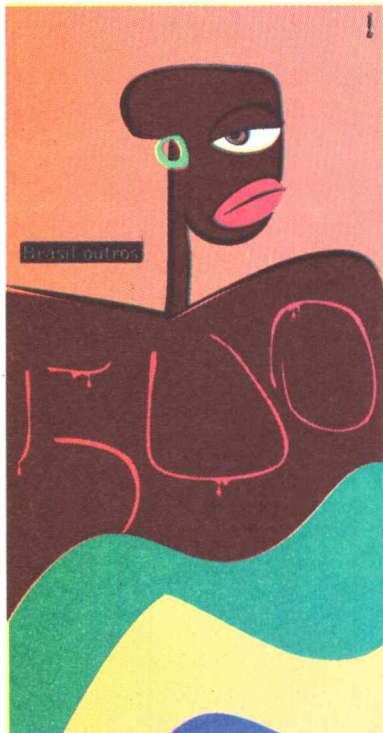
Uma extensa programação de músicas, filmes, debates, minisséries, documentários, shows, programas especiais foi planejada pelo governo federal e pelas grandes empresas de comunicação, principalmente a Rede Globo, para comemorar os 500 anos de descobrimento do Brasil.

Uma programação que pretendia escamotear uma história perversa que começou com a chegada de Pedro Álvares Cabral e suas caravelas no extremo sul da Bahia, em 22 de abril de 1500.

O invasor, na certeza de sua pretensa superioridade étnica e cultural e em busca de meios que tornassem sua vida mais fácil, escravizou primeiro um povo, os indígenas, que já habitavam estas terras. Em seguida voltou seus olhos para os povos que habitavam um outro Continente, o africano; uma base territorial para o suprimento do trabalho escravo no Brasil. Esta dupla exploração expropriou e destruiu quase que totalmente grandes civilizações indígenas. De forma cruel e sistemática se utilizou da força de trabalho dos africanos escravizados. Garantiu ao invasor poder político e econômico que se estabeleceu em nosso país a partir de 1500 e influenciou não só o futuro dos povos indígenas e negros mas do Brasil, durante os 500 anos seguintes.

Procurando mostrar este outro lado da história do "descobrimento", nos organizamos no Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: Outros 500, para nos contrapormos a grande festa que estava sendo planejada. A data maior da grande festa chegou: o dia 22 de abril de 2000, na cidade de Porto Seguro, no Estado da Bahia. Ela era para poucos! Organizamos no Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, mesmo com as dificuldades de se articular, por problemas financeiros e de convivência de diferentes movimentos, grupos e entidades, de vários Estados e cidades do país, jovens, mulheres, negros, indígenas, sindicalistas, sem-tetos e sem terras, aos milhares, em caravanas também se dirigiram para Porto Seguro e Cabralia para, por meio de conferências, caminhadas e diversas proposições de atividades, questionarmos a comemoração oficial.

O que lá aconteceu foi contado pelos meios de comunicação que, talvez, envergonhados com o que viram, mostraram para o Brasil e o mundo os fatos ocorridos no sul da Bahia. A partir dos parâmetros de segurança estabelecidos pelo governo federal para as comemorações oficiais e executados pelo governo da Bahia, um forte esquema policial foi montado nas



estradas para barrar as caravanas dos Estados. Em Porto Seguro e Cabralia, índios, negros, jovens, sindicalistas, sem tetos, sem terras, parlamentares foram recebidos com cacetes, bombas e muita violência da polícia baiana. Foram muitos os feridos e cerca de 140 pessoas foram presas. Nenhuma novidade: já vivenciamos fatos como esses durante os 500 anos que a oficialmente pretendia comemorar. A festa dos milhões que o governo federal pretendia realizar foi um fracasso e a farsa dos 500 anos foi desmascarada!

Os militantes do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular cansados mas orgulhosos voltaram para suas casas. Atingimos o nosso objetivo, como afirmou a nossa senadora Marina Silva em um brilhante pronunciamento no Senado, após os episódios no sul da Bahia: "... mostrar um outro Brasil. O Brasil por dentro. O Brasil de uma caravela que navega e que, um dia, chegará a um porto seguro. Não o porto seguro das oligarquias e das elites brasileiras; o porto seguro que os índios, os negros e os brancos, homens de boa vontade, hão de construir ...".

A participação da militância negra do PT Grande parte da militância negra que participou do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: Outros 500 é filiada ou simpatizante do Partido dos Trabalhadores. É parte da história de um povo que tem demonstrado um vigor e uma capacidade heróica para desafiar e derrotar as políticas para seu extermínio implementadas pelas elites brancas.

Uma história na qual foram utilizados inúmeros instrumentos e formas de luta e hoje, como continuidade da tradição de rebeldia e insubmissão iniciadas nos quilombos, volta a emergir como sujeito político, rompendo o véu e destruindo a invisibilidade que as elites brasileiras tentaram inutilmente impor ao povo negro.

No Partido dos Trabalhadores, a partir da compreensão de que o

racismo não é unicamente um problema dos negros e negras mas sim de toda a sociedade brasileira, desde sua fundação começamos a olhar a prática partidária como mais um caminho na luta anti-racismo.

Nestes 21 anos de PT, além dos 500 anos, em vários outros momentos nossa intervenção foi marcante. Em 1988, por ocasião do Centenário da Abolição, o sempre presente mestre e companheiro Florestan Fernandes afirmava que "... No PT não podemos manter as posturas das comemorações oficiais. Porém, também não podemos fazer a celebração proletária da abolição. Esta implica em transcender à ordem existente, destruí-la, criar uma nova ordem social, libertária e igualitária. Não é suficiente, pois, dizer não às comemorações oficiais, desmascará-las. É necessário refletir a fundo sobre a realidade atual e propor ao PT que ele dê as mãos aos negros e a todos que exigem uma abolição que se atrasou historicamente e deve ser feita dentro do capitalismo, contra ele, ainda na era atual".

Esta afirmação faz parte de um texto publicado por Florestan Fernandes na revista Teoria & Debate, número 2, março/1988. Contribuiu para uma reflexão sobre a importância da intervenção da militância negra naquela data, que teve como consequência uma ampliação da nossa organização e mobilização; interferiu no debate proposto pela oficialidade e pela academia; obrigou o PT a se posicionar sobre o centenário, na forma proposta por Florestan e pelo movimento negro brasileiro.

Em 1995, a festa foi nossa! Com a comemoração do tricentenário da imortalidade de Zumbi dos Palmares, destacou-se um vigoroso ingresso da temática racial no espaço público nacional e internacional. Nunca se discutiu tanto a questão racial. Realizamos uma das mais importantes atividades do movimento negro contemporâneo: a Marcha contra o Racismo, pela

Igualdade e pela Vida, que reuniu em Brasília, no dia 20 de novembro, cerca de 30 mil militantes de todo o país. O PT conferiu ao seu 10º Encontro Nacional o caráter de homenagem aos 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares. Neste ano conseguimos aprovar a criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT.

Para além destes momentos, no cotidiano de nossa presença partidária, temos procurado ao longo destes 21 anos comprometer o Partido dos Trabalhadores com a transformação das condições de trabalho e de vida da população negra e com o fortalecimento da luta contra o racismo, em nosso país e em todo o mundo.

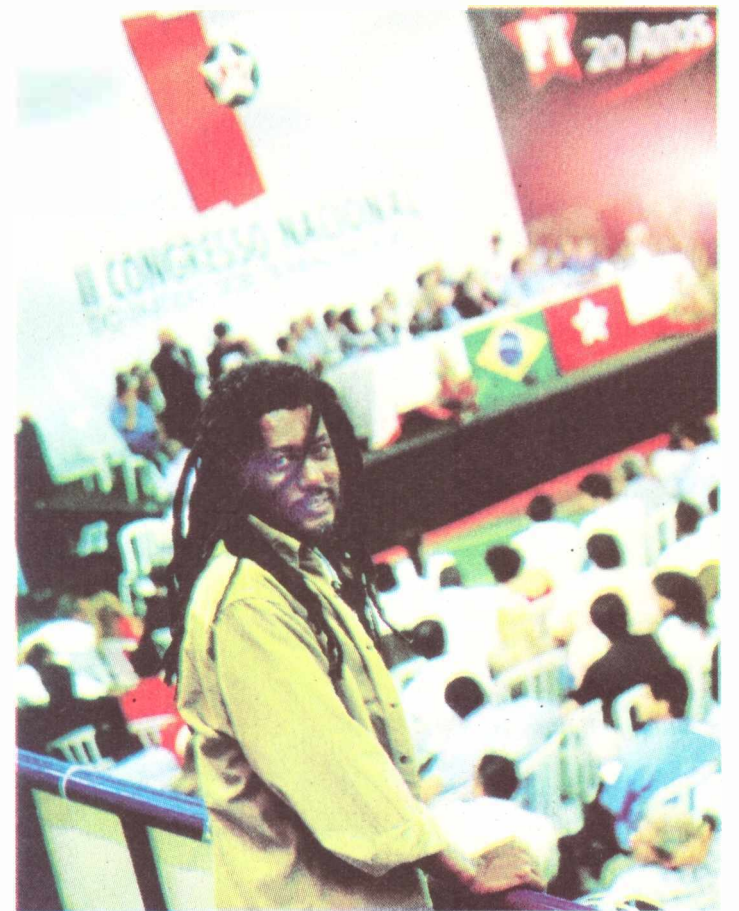
Temos a compreensão de que os êxitos conseguidos são mais por conta da capacidade de intervenção e articulação dos negros e negras do PT, do que pelo entendimento do conjunto da militância partidária de que a questão racial negra é fundamental para a compreensão e transformação da sociedade brasileira.

Superar esta compreensão é o principal desafio do PT daqui para a frente. É necessário que o PT por inteiro, e não apenas a sua militância negra, entenda a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. Que é impossível a construção da cidadania do povo negro nos limites da sociedade atual. E que o combate ao racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento, como para pensarmos uma sociedade futura, um outro Brasil, multirracial, plural, democrático e socialista.

Parabéns a militância negra, aos companheiros e companheiras do PT, pelos nossos 21 anos de luta!

Carlos Porto, secretário nacional de Combate ao Racismo do PT.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, membro do Coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e Coordenador de Mobilização do Diretório Nacional do PT.



## Homossexuais e os 21 anos

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, contou com a presença de militantes homossexuais, inclusive membros do histórico Grupo Somos - a primeira organização de luta pelos direitos de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Apesar disso, é preciso olhar esses 21 anos de vida de nosso partido, para vermos em que medida temos contribuído com sua construção e, ao mesmo tempo, como o PT tem assimilado a importância da luta pela cidadania homossexual.

O número de militantes homossexuais filiados ao PT é hoje significativo, como podemos observar em manifestações públicas, campanhas eleitorais, encontros, etc. Todavia, ainda somos muito dispersos, e nossa atuação política tem sido marcada pela fragmentação e falta de unidade: o pior exemplo disso foram muitas das candidaturas homossexuais petistas em 1996, caracterizadas por personalismo, estrelismo, distanciamento do partido, dentre outros problemas.

A sensibilização do partido para as nossas reivindicações, entretanto, tem sido igualmente difícil, e não pode ser pura e simplesmente justificada pela desorganização dos militantes petistas homossexuais. A enorme resistência de setores do PT à colocação de propostas afirmativas dos direitos dos homossexuais em nossos programas de governo, a dificuldade de fazermos o partido assumir como sua a proposta da "Parceria Civil Registrada Entre Pessoas do Mesmo Sexo" (de autoria da companheira Marta Suplicy), indicam ainda que o conservadorismo moralista e o machismo são obstáculos que temos de superar, coletivamente, para que o PT consiga ser libertário em todos os sentidos, inclusive no tocante à livre sexualidade.

A comemoração dos 21 anos do PT é um bom momento para essa reflexão, e para reafirmarmos nosso sonho: um partido socialista e plural, libertário e democrático, e que incorpore como tema central em seu programa máximo a luta pela emancipação de gays, lésbicas e travestis, pois, para nós, **não haverá socialismo enquanto houver discriminação aos homossexuais, e nem será superada essa forma de opressão enquanto não superarmos as desigualdades do sistema injusto no qual vivemos.**

Paulo Tavares Mariante, membro do Identidade (Grupo de Ação Pela Cidadania Homossexual) e do Núcleo de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais do PT de Campinas (SP).

**“O PT é resultado de um longo processo de lutas e resistências que aconteceram durante a ditadura militar. É também fruto do reascenso do movimento de massas que houve naquela época e que alcançou o auge na campanha de 1989. Quanto mais passa o tempo, maior é a responsabilidade do PT. Ainda mais agora, que completa seus 21 anos, em meio a uma hegemonia neoliberal e a um processo de dominação imperial cada vez maior por parte do capital norte-americano. Esperamos que a experiência histórica de nosso povo e sua disposição de luta, casadas com a experiência que o partido adquiriu nesse tempo, possam reascender o movimento de massas, para realizarmos um grande movimento que leve a esquerda e o PT ao poder.”**

João Pedro Stedile, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

# Outro Brasil é possível.



**O novo século tem a sua estrela.**

**9 de fevereiro**

**Ato Nacional - 16 h - Parlatino - SP**

**Festa - 21 h - Clube Juventus - SP**

## Cupom de ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária  
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)  
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores

Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda  
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

- Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_ Tel \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_

- Sexo: Masculino Feminino  
 Filiado ao PT: Sim Não

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP CEP 01019-000  
 Tel: (xx11) 233-1328 Fax: (xx11) 233-1349

## www.pt.org.br

**Notícias em tempo real no site do PT**

**Receba grátis o Linha Aberta**

Cadastre-se na página do PT e receba diariamente, por e-mail, o **Linha Aberta**, boletim da Executiva Nacional do partido com as principais notícias do dia. Ou envie direto o seu pedido para [la@pt.org.br](mailto:la@pt.org.br)

## PTnotícias

**PRESIDENTE NACIONAL DO PT**  
José Dirceu

**SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO**  
Ozeas Duarte

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
Fernanda Estima  
MTB 25075

**REDAÇÃO**  
Rosana Ramos, Fernanda Estima,  
Walter Venturini e Claudio Cezar Xavier

**COLABORAÇÃO**  
Pedro Estevam Pomar e  
Centro de Documentação e Memória da  
Fundação Perseu Abramo

**COMISSÃO ORGANIZADORA DAS COMEMORAÇÕES DOS 21 ANOS**  
Marcelo Berano, Joaquim Botelho,  
Mônica Valente, Sílvia Pereira,  
Valter Pomar e Vicente Trevas

**DIAGRAMAÇÃO**  
Alexandre Machado

**SEDE**  
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP  
CEP 01019-000  
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

e-mail: [ptnot@pt.org.br](mailto:ptnot@pt.org.br)  
Home page: [www.pt.org.br](http://www.pt.org.br)  
Tiragem: 30.000 exemplares  
Fotolito e impressão: Artpress